



Roosevelt Pinheiro

## Emendas à Previdência serão votadas amanhã

Comissão de Justiça do Senado se reúne às 10h para analisar o parecer do senador Tião Viana (*foto*) sobre as 336 emendas de Plenário à reforma do sistema previdenciário. Parte das sugestões está sendo incorporada à proposta paralela

Página 3



Célio Azeredo

TEMPO REAL Cobrança do cidadão, segundo Sarney (*ao microfone*), aumenta à medida que avançam as comunicações



## Sociedade exige mais dos parlamentares, diz Sarney

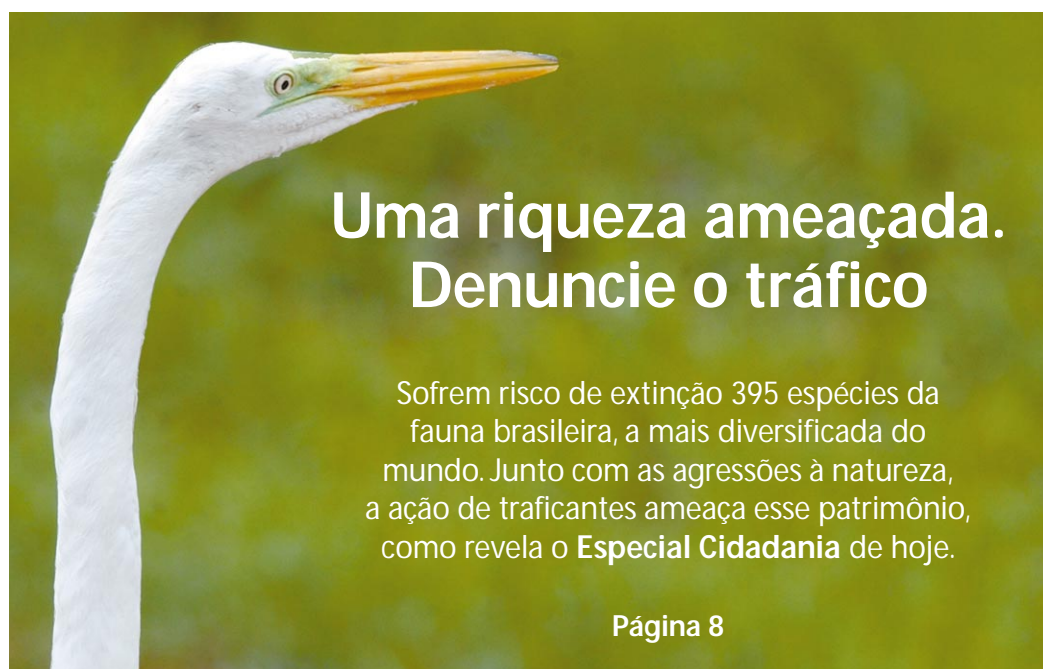
Página 5

Nesta edição, caderno especial sobre os 180 anos do Parlamento

### Aumento da violência gera debate no Plenário

Fatos como o assassinato de jovens e os ataques à Polícia em São Paulo foram debatidos por Pedro Simon e Ramez Tebet. Valmir Amaral propôs punição rigorosa para menores envolvidos em crimes e Patrícia Saboya rejeitou a redução da maioria penal.

Página 6



Gerardo Magela

## Uma riqueza ameaçada. Denuncie o tráfico

Sofrem risco de extinção 395 espécies da fauna brasileira, a mais diversificada do mundo. Junto com as agressões à natureza, a ação de traficantes ameaça esse patrimônio, como revela o **Especial Cidadania** de hoje.

Página 8

### Parlamentares querem liberar brasileiros presos nos EUA

Um total de 900 brasileiros que buscavam oportunidades nos Estados Unidos estão presos em penitenciárias daquele país, segundo informa o senador Hélio Costa. Ele e outros parlamentares integram missão que tentará solução para o problema.

Página 7



Célio Azevedo

**PREJUÍZO** Falta de definição leva intranquilidade ao campo, alerta Jonas Pinheiro

## Jonas quer votar Código Florestal

O país vive, segundo o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), uma situação de instabilidade jurídica por conta da falta de votação da medida provisória que redefine o Código Florestal, em tramitação há sete anos no Congresso. Falando em Plenário, o senador apelou para que se retome a discussão da matéria (MP nº 2.166/96).

– É preciso urgência nas discussões para evitar que cresça o clima de contenda no meio rural, que traz intranquilidade aos produtores e prejuízos ao meio ambiente – afirmou Jonas.

A MP em vigor determina que uma propriedade na Amazônia pode desmatar até 20% de sua área. Jonas sugeriu que esse percentual seja definido com base no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), diferenciando as áreas de acordo com as condições de solo, localização e ecossistema.

Em aparte, Luiz Otávio (PMDB-PA) sugeriu um acordo para a votação da matéria. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) especulou sobre interesses por trás da MP, que engessa, a seu ver, a produção do Centro-Oeste e da Amazônia.

# Agenda

## Sessão de hoje será não deliberativa

A sessão de hoje, que começa às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, sem votação de matérias. Amanhã, sobrestando a pauta, estão a Medida Provisória nº 129/03, que abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 2,3 bilhões, e o projeto de lei de conversão que trata da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (PLV nº 25/03).

## Inclusão digital em debate na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 19h30, no programa *Cidadania*, debate entre Rodrigo Baggio, do Comitê para Democratização da Informática, e Marcos Fadanelli Ramos, da Fundação Banco do Brasil, sobre inclusão digital. Às 20h30, o senador Magno Malta (PL-ES) fala sobre o sistema penitenciário.



CD/Divulgação

## Projeto do Estatuto da Igualdade Racial em videoconferência

O Interlegis promove hoje, das 15h30 às 18h, debate, por meio de videoconferência, sobre o projeto do Estatuto da Igualdade Racial (PLS nº 213/03), com as 26 assembleias legislativas estaduais e do Distrito Federal. Participam do

encontro o autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), Antônio Silva Pinto, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e Hélio Silva Júnior, do Centro de Estudos de Relações do Trabalho e Desigualdade.



## Ciro Gomes fala à Subcomissão da Amazônia

Com a presença do ministro da Integração Nacional, *Ciro Gomes (foto)*, a Subcomissão da Amazônia, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), realiza amanhã audiência pública a partir das 10h. O ministro fará exposição sobre o programa Amazônia Sustentável, o PPA 2004-2007 e os planos para a região amazônica.

## Comissão examina indicação para ANP

Amanhã, a Comissão de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), examina a indicação de Haroldo Borges Rodrigues Lima, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A sabatina começa às 14h30.



## Reforma da Previdência

Presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne amanhã, às 10h, para análise do parecer do senador Tião Viana (PT-AC) à proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência (PEC nº 67/03). As 336 emendas destacadas pelos senadores também serão examinadas. No dia 25, a reforma deve ser votada em Plenário.

## Encontro de parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado e a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial promovem de 21 a 23 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, o 1º Encontro de Parlamentares Negros e Negras das Américas e do Caribe. Os representantes dos diversos níveis do Legislativo e de organizações da sociedade civil vão discutir políticas de desenvolvimento e inclusão para os negros.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



Célio Azevedo

**ALERTA** Paim defende prioridade ao pagamento de dívidas trabalhistas

## Paim propõe discutir a Lei de Falências

A criação de uma comissão especial para ouvir todos os segmentos que serão afetados pela Lei de Falências e Concorridas, cujo projeto teve aprovação na Câmara e agora está no Senado, foi sugerida pelo vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), em seu pronunciamento na sexta-feira. Ele manifestou, em nome das confederações e federações de trabalhadores, apreensão com a possibilidade de se dar prioridade ao pagamento das dívidas bancárias em detrimento das trabalhistas, como prevê o projeto (PLC 71/03).

– A proposta ficou dez anos na Câmara. Estão me dizendo que ela vai passar rapidamente no Senado. É correto assegurar prioridade para os banqueiros em detrimento dos trabalhadores, que não receberam seus direitos? Apelo para que a Casa faça um bom debate – enfatizou.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) declarou que, apesar de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), usou dispositivo do Regimento Interno para ser o relator do projeto sobre falências, que chegou recentemente à comissão. "Aproveito para dizer que eu mesmo poderei apresentar emendas e vou analisá-las dentro do que for melhor para as relações entre capital e trabalho", antecipou.

### Reformas

Paim criticou o processo de tramitação da reforma da Previdência, que, além de emenda paralela, deverá ter medida provisória para ajudar no entendimento das mudanças defendidas no Senado. Ele lamentou que não haja flexibilidade do governo nas negociações sobre o sistema previdenciário, enquanto as modificações na reforma tributária são anunciadas com a "maior tranquilidade".

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Comissões encaminham emendas ao PPA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na quinta-feira cinco emendas ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2004-2007 e cinco ao Orçamento de 2004. As emendas ao PPA são recursos que buscam basicamente o reaparelhamento e modernização das Forças Armadas, enquanto as do orçamento vão para área de defesa nacional e aeroportos e rodovias federais.

Uma das emendas encaminhadas ao PPA, de autoria de Luiz Otávio (PMDB-PA), destina R\$ 998,5 milhões para serem utilizados pela Marinha. Já a emenda de autoria de Tião Viana (PT-AC) sugere os recursos de R\$ 60 milhões para serem encaminhados para a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira. A comissão aprovou também o envio de recursos ao programa Calha Norte, no valor de R\$ 280 milhões. Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) é o autor da emenda.

Entre as emendas encaminhadas ao Orçamento, Marcelo Crivella (PL-RJ) propõe R\$ 164,2 milhões para alimentação de pessoal do Exército. Outra emenda, de autoria de Edison Lobão (PFL-MA), é destinada à construção de ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, no valor de R\$ 12 milhões.

Também na quinta-feira, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura encaminhou suas emendas ao PPA e ao orçamento. Ao PPA, foram encaminhadas as emendas para os municípios da faixa de fronteira, no valor de R\$ 80 milhões; a destinada para obras de infra-estrutura em localidades do patrimônio mundial, de R\$ 80 milhões; para a implantação do gasoduto da unificação nacional, R\$ 2,4 bilhões; apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários em municípios com até 30 mil habitantes, R\$ 200 milhões; e manutenção da malha rodoviária federal, R\$ 900 milhões.

Entre as emendas ao Orçamento, constam o apoio a projetos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em municípios com população entre 30 mil e 250 mil habitantes, no valor de R\$ 100 milhões, e o apoio à implantação da infraestrutura social e econômica nos municípios da faixa de fronteira, R\$ 20 milhões.

## REFORMAS

Partidos de oposição prometem não obstruir na CCJ o exame das mudanças na Previdência. Governo poderá editar MP para viabilizar entendimento

# CCJ vota amanhã as emendas à Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota amanhã, a partir das 10h, o parecer do senador Tião Viana (PT-AC) às 336 emendas apresentadas em Plenário à reforma da Previdência. O senador informa em seu parecer, já divulgado, que está aproveitando parte das emendas na chamada emenda paralela da Previdência, na qual o governo vem colocando as alterações que aceitou até agora à reforma, no Senado. Em seguida, a CCJ votará à parte as emendas destacadas pelos senadores.

Nesta quarta-feira, a CCJ voltará a se reunir, desta vez para votar o parecer de Tião Viana às 39 emendas apresentadas à emenda paralela durante sua tramitação na própria CCJ. Nesse caso, o relator aceitou apenas uma emenda, assinada pelos senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Paulo Paim (PT-RS). Ela prevê que os atuais servidores públicos terão, quando se aposentarem, os mesmos reajustes dos funcionários da ativa. No entanto, o benefício só será concedido ao funcionário que completar 25 anos de serviço público.

## Mão Santa conclama aposentados a lutar

O senador Mão Santa (PMDB-PI) conclamou na sexta-feira os aposentados a lutar por seus direitos na reforma da Previdência Social. Ele elogiou a postura "honrada" e a coragem do senador Paulo Paim (PT-RS), que, contrariando determinações de seu partido, defendeu alterações na proposta de emenda à Constituição que altera o regime previdenciário dos servidores públicos.

– Aposentados, uni-vos! É para lutar mesmo! É para desmascarar os covardes e os traidores! Rui Barbosa já dizia: "Quem não luta pelo seu direito não merece viver". Olhai a coragem de Paulo Paim. Deus me deu a luz, o sinal para dizer a verdade. Não deixai assaltar o vosso lar, vossa mulher, vossos filhos, vossos netos – decla-



**PARECER** Tião Viana aproveita na emenda paralela parte das sugestões dos senadores

Os partidos de oposição (PFL e PSDB) se comprometeram com os governistas a não obstruir amanhã a votação da reforma da Previdência na CCJ, permitindo que no dia 25 o projeto tenha sua primeira votação no Plenário (são necessárias duas). As oposições consideram que o governo não atenderá suas reivindicações e querem disputar suas emendas no voto, em Plenário, contando inclusive com dissidências de senadores da base governista.

Os oposicionistas discordam da emenda paralela, que trami-

ta praticamente ao mesmo tempo que a reforma original, por entenderem que, se aprovada no Senado, acabaria engavetada na Câmara.

Numa tentativa de superar a rejeição dos oposicionistas à emenda paralela, no início da semana o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pretende apresentar às oposições o rascunho de uma medida provisória na qual estaria o conteúdo da paralela. Se as oposições aceitarem, o presidente Lula assinaria a medida provisória, em substituição à emenda paralela, no dia seguinte à promulgação da reforma da Previdência. Caso esse caminho seja acertado, a paralela deixaria de tramitar.

Entre outras coisas, a oposição reivindica, além da paridade, uma fase de transição entre o atual e o futuro sistema de aposentadorias do serviço público; amenização da cobrança de 11% sobre proventos de aposentadorias e pensões; redução ou fim do corte de 30% a ser aplicado à parte da pensão que ultrapassar R\$ 2.400; e fixação de subteto salarial único nos estados.



**ELOGIO** Mão Santa destaca a postura "honrada" do senador Paulo Paim

Plenário ou nos 180 anos do Congresso excede a Ulysses", disse Mão Santa, anunciando a presença em Plenário de Osvaldo Dante, secretário particular e "melhor amigo" de Ulysses.

Na presidência da sessão, Paim se disse emocionado com a comparação feita por Mão Santa, que considerou "muito generosa".



**EXEMPLO** Luiz Otávio lembra que Pará não pode contar com tributos gerados pela Vale

## Luiz Otávio quer debater compensação

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu que se aprofunde a discussão sobre o fundo de compensação das exportações e que, se não houver prazo hábil para tanto, ele seja tratado fora do âmbito da reforma tributária. "Os estados exportadores não podem ser penalizados", disse ele, referindo-se à possibilidade de se aprovar um fundo que não atenda às necessidades desses estados. "Senão, vamos premiar quem não traz divisas para o país", ressaltou.

Para mostrar a importância desse fundo, o senador lembrou a situação do seu próprio estado, que não pode contar com a receita de tributos gerada pela Companhia Vale do Rio Doce, que exporta quase US\$ 2 bilhões por ano. Ele disse, ainda, que o governador paraense, Simão Jatene, tem vindo ao Congresso Nacional para acompanhar de perto o andamento das negociações sobre as reformas e de outros projetos de interesse do estado.

### O Liberal

Luiz Otávio homenageou o jornal *O Liberal*, de Belém (PA), que completou 57 anos em 15 de novembro. O veículo de maior circulação da região amazônica confunde-se com a história recente do Pará, segundo o senador. Ele lembrou a trajetória de sucesso do empresário Rômulo Maiorana, falecido em abril de 1986, que adquiriu o jornal quando possuía uma tiragem "insignificante", de pouco mais de 500 exemplares.

O grupo reúne a TV Liberal, repetidora da *Globo*, uma TV a cabo, um provedor de Internet, diversas rádios AM e FM, uma fundação e outro veículo impresso, o *Amazônia Jornal*.



**COMPARAÇÃO** Para Alvaro, despesas com viagens superam investimentos

## Alvaro critica gastos de Lula com viagens

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) listou na sexta-feira uma série de ações do governo federal que considerou equivocadas, destacando a questão do recadastramento dos idosos e as inúmeras viagens oficiais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus ministros. Ele citou dados disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), segundo os quais o governo teria despendido mais recursos com viagens do que em

ações de investimento.

O parlamentar destacou que, desde o começo do governo, a Presidência consumiu mais de R\$ 19 milhões em diárias, passagens e despesas com locomoção, sem incluir o que chamou de *tour* pela África, Bolívia e Oriente Médio.

Conforme Alvaro Dias, o Ministério da Cultura gastou 3,61 vezes mais com viagens do que com investimentos, o mesmo ocorrendo em ministérios como os da Agricultura (3,12 vezes) e da Previdên-

cia (49,03 vezes). "Até a Presidência da República gastou 1,96 vez mais com viagens do que com investimentos", salientou.

Ele disse que o caso do recadastramento, ao contrário do que informa o governo, não foi encerrado e continua a gerar dificuldades aos idosos, além de representar uma agressão contra o Estatuto do Idoso. "O recuo e as desculpas do governo só vieram após verdadeira comoção nacional", observou.



**FOME ZERO** Efraim lamenta que programa não conte com recursos financeiros suficientes

## Efraim: "Nada de concreto foi realizado"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao final de seu primeiro ano de governo sem nada de concreto a apresentar ao país, disse o líder da Minoria no Senado, Efraim Morais (PFL-PB). Ele ressaltou que até mesmo o programa Fome Zero não dispõe de recursos suficientes para atender aos brasileiros que realmente necessitam, em virtude, conforme observou, de um mesmo argumento que já se tornou rotina: não há dinheiro.

– O governo Lula, que prometeu criar 10 milhões de empregos, até aqui cumpre a sua promessa pelo avesso, ou seja, desde que foi empossado há menos 650 mil empregos no país, com o índice de desemprego batendo a casa dos 13% – salientou Efraim, que condenou, também, a atual política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de financiar projetos em outros países, como Bolívia, Argentina e Cuba, em detrimento dos investimentos internos.

Sobre a viagem de Lula à África, na qual prometeu ajuda econômica a países como Angola e Moçambique, além de manifestar a intenção de resgatar o que chamou de dívida social do Brasil com a escravidão, Efraim afirmou que essa dívida não está na África, mas no próprio país. Lembrou que milhões de brasileiros negros habitam a periferia das grandes cidades e engrossam as legiões de sem-terra, todos excluídos dos direitos mais elementares de cidadania.

Para Efraim, são essas legiões que precisam ser acolhidas por um programa consistente de emprego, por meio do BNDES, e não a África ou a América Latina, porque, garantiu, o Brasil não está em melhores condições que aqueles países, não tendo, portanto, sobras para distribuir.

# Virgílio cobra do governo ação em defesa dos interesses do povo

**Veto a projeto que beneficiava portador de deficiência afetou imagem de Lula, afirma senador**

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse na sexta-feira concordar com o governador do Acre, Jorge Viana, de que o governo precisa "sair da bolha de poder" e agir. Para o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem de ser exigente e sóbrio na ação administrativa.

– Que o presidente Lula pare de zanzar, pare de pegar a câmera de quem está trabalhando e pare de brincar de "luz, câmera". O que o povo



Fotos: Waldemir Rodrigues

**REJEIÇÃO** Virgílio garante que maioria do PSDB deve votar contra PEC da Previdência

quer, e eu lhe imploro, é uma ação administrativa efetiva, na defesa dos interesses do povo, que está se ressentindo da falta de governo. Estamos senti-

do o peso do seu desgoverno – afirmou o líder.

Na opinião de Arthur Virgílio, está na hora de o governo fazer algo. "O presidente, no segundo ano de governo, haverá de ter autoridade suficiente para governar sentado. Ele tem governado em pé e vai acabar criando uma variz cívica", frisou.

O senador assinalou que "este é o governo das trapalhadas". Citou, entre elas, o recadastramento dos idosos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o veto ao projeto que destina recursos para entidades que atendem portadores de deficiência.

Quanto à notícia de que o PSDB havia liberado a bancada para votar a favor da reforma da Previdência, o líder dis-

se que os senadores do partido podem fazê-lo, pois a agremiação "não é inquisitorial", e que não haverá constrangimento para quem votar contra. A tendência, acrescentou o senador, é que a maioria fique contra a reforma.

**Alerta**

Virgílio alertou que "atitudes impensadas", como o veto parcial de Lula ao projeto que destina cerca de R\$ 8 milhões a alunos deficientes, estão causando sérios prejuízos à imagem do presidente, além de criar desconfiância da população nas ações do governo. Segundo o senador, poucas vezes se assistiu a um presidente, em menos de 48 horas, tornar válido um artigo de uma lei que havia vetado.

## Serys aponta erros, mas reconhece esforço do Executivo para corrigi-los

Para a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o governo cometeu erros inadmissíveis ao vetar projeto que estendia recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) a entidades educacionais e ao determinar o recadastramento, pelo sistema previdenciário, dos idosos a partir de 90 anos. Mas observou que o governo está buscando superar esses problemas.

A senadora defendeu mudanças na proposta de reforma da Previdência, como a garantia da paridade para os aposentados. Serys afirmou, porém, que ninguém pode ficar contra a reforma do sistema previ-

denciário, que considerou necessária para o país. "Não podemos conviver com marajás, com estados quase falidos, com 40% da população fora da Previdência", disse.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) discordou de Serys com relação a marajás. "De 1,5 milhão de aposentados, apenas 300 serão alcançados pelo teto da PEC da Previdência", disse o senador. "Quem está sendo incomodado é o assalariado que não construiu patrimônio e será atingido pela reforma", acrescentou Alvaro.

**Transgênicos**

Serys Slhessarenko também criticou a liberação do plantio

e da comercialização da soja transgênica na safra de 2004, conforme a Medida Provisória nº 131, que chegou ao Senado na sexta-feira, acompanhada de projeto de lei de conversão. O vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), informou que o projeto será incluído na ordem do dia da sessão de amanhã. Ele explicou que, como o prazo regimental de 45 dias para o exame da MP está esgotado, a matéria bloqueará as demais deliberações em Plenário.

– As dúvidas são muitas e os riscos maiores. Precisamos discutir essa questão com a responsabilidade e a profundidade necessárias – alertou a se-



**CAUTELA** Transgênicos precisam ser discutidos em profundidade, afirma Serys

nadora mato-grossense.

**Despejo**

No final do seu pronunciamento, Serys pediu calma ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), que, segundo a senadora, despejou cerca de 2 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra em Sinop, provocando "graves problemas" na região.



Em debate sobre o Legislativo, presidente do Senado destaca novas exigências da sociedade brasileira. Participantes de encontro defendem autonomia para as câmaras municipais

## Aumenta a cobrança aos parlamentares, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou sexta-feira que os parlamentares de hoje precisam se preparar mais porque enfrentam desafios maiores do que seus antecessores. Esses desafios, explicou o senador, decorrem do alto nível de cobrança a que os parlamentares são submetidos pela sociedade organizada e pela mídia, que, graças às novas tecnologias, passou a divulgar informações em tempo real.

Falando aos participantes do Encontro Nacional de Legislativos, em comemoração dos 180 anos do Poder Legislativo no Brasil, Sarney enfatizou que essas novas exigências são fruto de grandes conquistas, como a organização da sociedade – "o ponto mais importante dos últimos 20 anos neste país" –, mas reconheceu que a sociedade vigia os parlamentares cada vez mais. "Por isso, é necessário que elevemos a consciência moral de nossos deveres", afirmou o presidente do Senado.



**DESENVOLVIMENTO** Sarney diz no Encontro Nacional de Legislativos que o Brasil está prestes a entrar numa fase de grande progresso

José Sarney disse aos participantes do encontro que o Brasil está prestes a entrar numa fase de grande progresso junto com toda a América do Sul. O senador assinalou que a chegada à Presidência da República de um operário, de forma amadurecida e com estabilidade institucional, dando exemplo a todo o mundo, tem um significado de inclusão social e marca o fechamento de um ciclo iniciado com a Proclamação da

República.

– Vivemos novos tempos de construção do Brasil. Tenho esperanças renovadas, e acredito que neste novo século nós teremos nossos anos dourados.

Sarney observou que os 180 anos do Poder Legislativo são motivo de orgulho para o povo brasileiro. "Este é um momento importante, de evocação de uma data que não deve ser esquecida pelo povo brasileiro", observou o senador.

## Ação do MP contra câmaras é contestada

Questionamentos dirigidos pelo Ministério Público (MP) sobre a autonomia das câmaras municipais para definir, no texto da lei orgânica, o seu número de vereadores movimentaram os debates do painel "A Reforma Política, o Mandato de Vereador e o Interlegis", que marcou o encerramento, na tarde de sexta-feira, do Encontro Nacional de Legislativos. Embora a Constituição federal conceda essa possibilidade, resguardados os limites estabelecidos em função do número de habitantes, o Ministério Público está movendo processos contra legislativos municipais em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

De acordo com o consultor legislativo do Senado Eurico Gonzalez dos Santos, o Ministério Público tem adotado uma visão estritamente econômica, defendendo a redu-

ção do número de vereadores com o argumento de que está zelando pelo orçamento público. Na visão de Gonzales, ao agir dessa forma, o MP estaria incorrendo em contradição, postulando a cassação de vereadores em municípios que se destacam pela pujança de seu crescimento econômico.

Ainda sobre a atuação do Legislativo municipal, o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) reconheceu que, não obstante a ampliação da liberdade na esfera política, persistem restrições à inovação na área administrativa.

### Interesse municipal

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que presidiu o evento ao lado de Bonifácio de Andrada, defendeu a presença de um representante da União de Vereadores do Brasil (UVB) no Congresso Nacional. "É preciso mudar o conceito dessa representação em Brasília", con-

siderou, sugerindo também a formação de uma base jurídica boa e sólida para a defesa dos interesses municipais na capital federal. O presidente da UVB, Luiz Fernando Godoi, reclamou da "perseguição" imposta pelo Ministério Público aos vereadores e pediu a intercessão do Congresso nessa disputa.

O diretor do programa Interlegis, Antônio Flávio Testa, também apresentou aos parlamentares presentes ao evento a proposta de interligação do Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal via Internet, videoconferência e educação a distância.

Antônio Testa informou a adesão de mais de 3 mil câmaras municipais ao programa, além das 27 assembleias legislativas, e a realização de mais de 80 mil visitas mensais ao site [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

## CONFLITO EM PACARAÍMA

### Jucá confia em solução do problema fundiário

Em discurso na sexta-feira, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse ter esperança de que o grupo de trabalho ministerial formado pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para estudar a questão das demarcações de terras indígenas seja bem-sucedido. Ele informou que seu estado, Roraima, necessita urgentemente de soluções dessa ordem, pois são constantes os conflitos entre a população e as comunidades indígenas locais.

Jucá citou acontecimentos recentes na cidade de Pacaraima – localizada na região da reserva Raposa/Serra do Sol – e manifestou preocupação com o clima de tensão no local. O motivo, relatou o parlamentar, é a ação do Ministério Público Federal para retirar os comerciantes da localidade. A ação afeta, segundo informou, os 15 mil habitantes de Pacaraima.

Para Romero Jucá, os conflitos fundiários em Roraima e outras

regiões do país merecem soluções emergenciais ou definitivas. No caso de seu estado, o senador observou que essas medidas vão auxiliar no desenvolvimento de Roraima, que respeita o meio ambiente e as comunidades indí-



**RORAIMA** Jucá defende demarcação pacífica de reservas indígenas

genas.

– Eu sou favorável à demarcação de terras indígenas, desde que estas aconteçam em um processo de pacificação, para que, ao final, não acabe sobrando mais dificuldades para o próprio índio.

### Mozarildo critica processos contra empresas comerciais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) dirigiu apelo em favor de uma solução "serena" para a situação enfrentada pela cidade de Pacaraima (RR), que faz fronteira com a Venezuela. Segundo o senador, ações encaminhadas pelo Ministério Público Federal, pela União e pela Funai à Justiça Federal pedem a desocupação de 100 estabelecimentos comerciais da cidade, sob a alegação de que estão situados em reserva indígena.

O senador informou que os autores das ações querem que, em 30 dias, aqueles estabelecimentos sejam fechados e depois demolidos.

– É inadmissível que busquemos a solução para a melhoria de vida dos índios promovendo *apartheid* dentro da nação – protestou Mozarildo, lamentando que o Ministério Público tenha "a visão curta" e não busque consensos.

Na opinião do senador, os que encaminharam as ações adotaram uma postura radical. Felizmente, segundo Mozarildo, o juiz federal que examina o caso, Hélder Girão, decidiu citar o estado e o município para que se manifes-

tem sobre os processos.

O senador disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou um grupo de trabalho interministerial destinado a estudar a questão fundiária de Roraima, "onde mais de 50% são reservas indígenas para apenas 7% de



**APRENSÃO** Mozarildo qualifica de radical postura adotada no município

população indígena, e 20% são reservas ecológicas". O que resta, acrescentou, são terras sob o domínio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Mozarildo considera que as ações apresentadas pelo Ministério Público, pela União e pela Funai são precipitadas, ainda que tenham respaldo legal.

## VIOLÊNCIA

Senadores reagem ao crescimento da criminalidade. Valmir Amaral critica a legislação em vigor, Patrícia rejeita a redução da maioridade penal, Tebet e Simon cobram ações e recursos governamentais

# Simon: Lula não tem culpa, mas também não fez nada

Os acontecimentos registrados nos últimos dias, como o assassinato de adolescentes e os ataques à polícia em São Paulo, levaram Pedro Simon (PMDB-RS) a afirmar, na sexta-feira, que o país vive os piores momentos da história no que diz respeito à violência, por conta do avanço do crime organizado. O senador isentou o governo Lula de ser o único responsável pela situação, mas condenou a falta de ação na área de segurança pública.

– Achava que, com a eleição de Lula, teríamos algumas mudanças para não continuar como está. Lula não tem culpa de coisa nenhuma, mas também não fez coisa alguma – lamentou Simon, que comparou a situação da violência do Brasil, que tem territórios em que o poder público não pode entrar, com a da Colômbia.

O senador entende que grupos de terror estão declarando guerra e debochando do poder constituído. E o país, afirmou, está conhecendo o funcionamento do crime organizado, fenômeno que, segundo Pedro Simon, “estourou agora”.



**COBRANÇA** Pedro Simon espera iniciativas que possam controlar a criminalidade

– As máfias estão se organizando no Brasil. Os seus chefes moram em casas luxuosas. Tem político, deputado, senador, delegado, coronel, juiz, ministro do tribunal, empresário. Esse esquema de compra de sentença revelado em São Paulo é uma organização quase que perfeita.

A questão, na opinião de Simon, não passa apenas pela aprovação de novas leis, algo que o Congresso vem fazendo

nos últimos anos, mas pela implantação de iniciativas que possam controlar a criminalidade, inclusive a de colarinho branco. Como exemplo, ele citou a Operação Mãos Limpas, conduzida na Itália, que desmobilizou o crime organizado, incluindo suas ramificações no Judiciário e nas instituições policiais.

Simon defendeu projeto de sua autoria que acaba com o processo policial, algo inexistente nos Estados Unidos ou na Europa, onde quem comanda a investigação é o procurador ou o promotor. Ele entende que a busca da verdade desaparece no inquérito policial, como aconteceu no assassinato de PC Farias.

Contrário à redução da maioridade penal, Simon pediu prioridade e mais investimentos para a segurança pública. Sem isso, afirmou, o Brasil continuará dividido em dois países: um inseguro e outro fechado em condomínios, com exercícios próprios. Ele registrou que São Paulo só perde para Nova York no número de helicópteros e carros blindados.

## Tebet exige a liberação de recursos

Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou ações efetivas e emergenciais do governo para enfrentar a violência urbana, principalmente a liberação de recursos do Orçamento para os órgãos de segurança. O senador disse que o nível de insegurança está tão intolerável que a sociedade já começa a sugerir soluções radicais, como a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e a adoção da pena de morte.

– Até quando nós vamos conviver com essa violência? Esse arrocho fiscal não está adiantando de nada e nós temos que liberar recursos para equipar a polícia, para que esta possa exercer a defesa. O país não está gastando dinheiro para melhorar a segurança. O dinheiro está sendo gasto com outras coisas, provavelmente com o pagamento de juros, o que quer dizer que a segurança não é prioridade. O governo



**NO LIMITE** Ramez Tebet adverte que sociedade já está apoiando soluções radicais

deve parar de contingenciar o Orçamento e direcionar recursos para esse setor – desabafou.

Tebet observou que, em quase todos os assuntos, as autoridades públicas devem buscar soluções negociadas, mas no caso da segurança, disse ele, não há o que negociar. A situação é tão crítica, lembrou, que todas as pesquisas de opinião

apontam o combate à violência como principal anseio da população. Afirmou também que o desemprego e a injustiça social somente podem ser apontados como culpados até um certo limite de casos de violência. Outros, a seu ver, estão ligados a sentimentos de maldade e mesquinharia.

Para o senador, a situação é tão grave que a própria Igreja Católica manifestou apoio à redução da maioridade penal. “Até a pena de morte, antes repudiada totalmente pela população, já está sendo admitida pela maioria das pessoas entrevistadas”, assinalou.

Tebet observou que o clima de insegurança piora a imagem do Brasil no exterior, o que prejudica particularmente a indústria do turismo. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) concordaram com as posições do orador.

## Valmir quer punição mais rigorosa para menores

Ao comentar o assassinato dos adolescentes Felipe Silva Caffé e Liana Friedenbach, cometido por um menor de idade e quatro comparsas, em Embu-Guaçu (SP), o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) anunciou que apresentará projeto de lei modificando o Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo seria punir com mais rigor menores envolvidos em crimes de estupro, homicídio e outros de igual gravidade. Na opinião do senador, a atual legislação é um estímulo à prática do crime, em vez de proteger o jovem da violência, que seria seu objetivo.

– Quero deixar claro que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem muitos méritos, e que, ao propor mudanças no seu texto, não pretendo, de forma alguma, ignorar suas virtudes. O que não podemos admitir, porém, é que bandidos, menores ou não, o utilizem para se manterem praticamente impunes – afirmou.

Valmir Amaral lembrou que o menor recebe uma pena de no máximo três anos, de acor-



**PROJETO** Valmir Amaral sugere mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente

do com a lei. Já um adulto que comete esse tipo de crime pode ser condenado a até 30 anos de prisão. O senador argumentou que uma das “tenebrosas utilidades” do estatuto seria deixar soltos criminosos, enquanto colocam a culpa em menores de idade.

Uma alternativa apontada por Valmir Amaral seria aplicar ao menor a pena prevista no estatuto, sobrestando-se o julgamento do crime até que complete a maioridade.

## Patrícia Saboya rejeita a redução da maioridade penal

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestou seu posicionamento contrário à redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos de idade. Ela citou o assassinato dos jovens Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo, de forma brutal e com a participação de um adolescente de 16 anos, para salientar que o debate sobre o assunto sempre volta à tona quando ocorrem crimes bárbaros como esse.

– Neste momento, gostaria de dizer, em primeiro lugar, que sou absolutamente solidária à dor e ao sofrimento das duas famílias. No entanto, nós, formuladores de políticas públicas, sabemos que não devemos tomar decisões sob o impacto da emoção e da irracionalidade – afirmou Patrícia Saboya.

Para ela, a redução da maioridade penal não deve ser encarada como uma solução mágica no combate à violência.



**RIGOR** Patrícia Saboya defende penas mais duras para adultos que usam crianças

– Não será mudando a idade de 18 para 16 anos que vamos pôr fim à participação de crianças e adolescentes na criminalidade. Precisamos urgentemente endurecer as penas para os adultos que usam esses meninos e meninas com o intuito de escapar da punição e fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja, de fato, cumprido – defendeu.

## Lula promove a solidariedade, diz Eurípedes

A viagem do presidente Lula à África, segundo o senador Eurípedes Camargo (PT-DF), reforça o conceito de que o governo brasileiro busca uma política externa baseada na solidariedade e no desenvolvimento sustentável, e não apenas em interesses unilaterais.

Para o senador, a presença do presidente brasileiro no continente africano também demonstra que o governo está preocupado com a questão racial, tanto em nível nacional como internacional, e propõe a adoção de medidas destinadas a equilibrar a participação dos negros no mercado de trabalho e proporcionar-lhes maior acesso à educação.

Eurípedes entende que o momento exige um combate firme à discriminação racial. Por isso, destacou a importância do Encontro de Parlamentares Negros das Américas e do Caribe, a ser realizado de 21 a 23 de novembro no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Segundo informou, o encontro reunirá cerca de 300 parlamentares, além de observadores africanos, convidados du-



Célio Azevedo

**IGUALDADE** Para Eurípedes, o presidente também busca reduzir a desigualdade racial

rante a viagem de Lula à África. Na pauta estará o combate à discriminação étnica e racial, bem como a criação de um programa permanente de defesa da igualdade racial.

### Fórum social

Eurípedes Camargo também destacou a realização do 1º Fórum Social Brasileiro, ocorrido recentemente em Belo Horizonte (MG). Durante o encontro, observou o senador, buscou-se criar alternativas para problemas que afligem a Humanidade, levando em conta princípios de solidariedade e luta por um desenvolvimento sustentável.

O senador acrescentou que, em janeiro, acontecerá na cidade de Mumbai, Índia, o Fórum Social Mundial 2004.

## Crivella destaca cooperação entre Brasil e África

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um relato da viagem em que acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita a São Tomé e Príncipe, Angola, Namíbia, Moçambique e África do Sul. O parlamentar lamentou que viagem tão importante tenha merecido tão pouco espaço na imprensa, que se concentrou mais em cobrir a ocorrência de possíveis gafes.

– Que frutos poderemos colher no futuro plantando hoje a semente da discórdia? Estamos mesmo fadados a procurar a falha do próximo e macular um esforço tão grande que se fez para o desenvolvimento e entendimento entre os povos? – indagou.

O senador lembrou os acordos de cooperação firmados com os países africanos nas áreas social e de agricultura, saúde, indústria e comércio. Ele



Roosevelt Pinheiro

**POUCO ESPAÇO** Viagem de Lula à África não recebeu da mídia a atenção merecida, diz Crivella

ressaltou o trabalho do corpo diplomático brasileiro, incansável para que os termos de cada tratado assinado traduzissem o espírito de cooperação que existe entre Brasil e África.

Ao relatar a visita a Moçambique, que tem mais de um milhão de pessoas com Aids, Crivella destacou a disposição do presidente Lula de apoiar a produção de oito dos 15 medicamentos que compõem o coquetel que prolonga a vida dos portadores do vírus HIV.

# Costa quer o retorno de brasileiros presos nos EUA

■ Senador participa de missão àquele país para solucionar situação de 900 detidos por imigração ilegal

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou, na sexta-feira, que 900 brasileiros estão presos em penitenciárias nos Estados Unidos por terem sido surpreendidos pelas autoridades norte-americanas cruzando a fronteira entre o México e aquele país. Ele informou que, por designação do presidente do Senado, José Sarney, participará, juntamente com o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e os deputados João Magno (PT-MG) e Orlando Fantazzini (PT-SP), de missão aos Estados Unidos para resolver essa situação, que qualificou de “lamentável”.

De acordo com o parlamentar, os 900 brasileiros buscavam uma oportunidade de trabalho e melhores condições de vida e alguns já estão presos há três anos. O senador acrescentou que essas pessoas querem voltar ao Brasil.



Célio Azevedo

**EXPECTATIVA** Hélio Costa espera que o problema possa ser solucionado até o Natal

Hélio Costa disse que apresentou requerimento ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), para que fossem iniciados entendimentos com o objetivo de trazer os brasileiros de volta ao país. Afirmou ainda que conversou com o encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, de quem recebeu a informação de que o governo norte-americano está disposto a colaborar.

O senador, que também tratou do assunto com o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse esperar por uma solução ainda antes do Natal.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o poder público tem grande responsabilidade pelo fato de os 900 brasileiros estarem presos nos Estados Unidos, porque eles não viajaram para conhecer o país, mas sim para fugir do desemprego e da falta de perspectiva no Brasil.

Na presidência da sessão, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), manifestou sua alegria com a decisão do presidente Sarney de indicar Crivella e Hélio Costa para que ambos, nos Estados Unidos, verifiquem a situação dos brasileiros detidos.

### Minas

Hélio Costa também registrou o esforço do governador de Minas, Aécio Neves, para atender aos pleitos dos municípios, e a decisão da companhia de saneamento mineira de investir R\$ 2,7 bilhões na melhoria do sistema estadual.

## Magno Malta propõe que CPI ouça envolvidos na Operação Anaconda

Magno Malta (PL-ES) anunciou, na sexta-feira, que irá propor que sejam convocados para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado todos os envolvidos na Operação Anaconda. O senador esclareceu que a Polícia Federal dispõe de informações de que as contas CC-5 foram utilizadas “por essa quadrilha de infames, desrespeitadores da honra humana, que age nas vísceras do Estado”.

– O crime organizado tem na autoridade o seu salvo-conduto – acrescentou o senador, para quem, neste momento, o Poder Judiciário tem todas as possibilidades de “cortar na carne”.

Magno Malta anunciou também que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) visando reduzir a maioria penal e informou que a criminalidade aumentou no estado do Espírito Santo.

O parlamentar registrou ain-



Waldemir Rodrigues

**RIGOR** Magno Malta também anunciou que fará proposta para reduzir maioria penal

da uma convenção adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) contra a corrupção, que considerou uma medida extremamente importante, e manifestou sua expectativa de que o Congresso Nacional seja o primeiro a querer assinar o texto.

Ao comentar dispositivos da convenção, o senador afirmou que, mais importante do que um pedido da CPI do Banestado de indiciamento e prisão de pessoas, é a repatriação do dinheiro, dos milhões de dólares decorrentes de corrupção, narcotráfico e propina enviados ao exterior.

– É importante que o dinheiro volte para o país, que tem 54 milhões de miseráveis.

### Apologia ao crime

Magno Malta comentou ainda o fato de a atriz Luana Piovani ter assumido “que é viciada em maconha”. Para ele, a atriz fez a apologia do crime. Segundo o senador, Luana é “atriz global e símbolo sexual brasileiro, porque se fosse pobre estaria presa”. Malta manifestou sua expectativa de que o Ministério Público “vá com tudo” em uma ação contra a atriz, porque, avalia ele, tal iniciativa teria um efeito pedagógico.



**BIODIVERSIDADE** Agressões ao meio ambiente e ações de traficantes põem em risco a fauna brasileira, a mais diversificada do mundo. Oito espécies já estão extintas

## CPI da Câmara investigou a biopirataria

Para investigar o tráfico de animais e plantas silvestres, foi instalada em novembro de 2002 uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados. Após três meses de trabalho, foi aprovado relatório do deputado José Sarney Filho (PV-MA), que destacou a necessidade de endurecimento da legislação sobre o assunto. Os integrantes da comissão também propuseram a criação de nova CPI para investigar o assunto. A sua data de instalação ainda não foi definida.

Após ouvir mais de 80 pessoas, entre autoridades, associações de criadores, voluntários e representantes da sociedade civil, a comissão verificou que as características do tráfico de animais e de plantas na Amazônia são diferentes das de outras áreas do país, porque lá os biopiratas vão atrás do material genético para fazer pesquisas.

Por isso, também devem ser investigadas na próxima CPI denúncias relativas à apropriação e ao patenteamento de substâncias extraídas de espécies brasileiras por laboratórios estrangeiros, assim como o suposto envolvimento de pesquisadores brasileiros em biopirataria.



**CAMUFLAGEM** Cobra é enrolada em meia e presa ao braço para burlar a fiscalização

# CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 10 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 17 de novembro de 2003

## Tráfico põe em risco a diversidade da fauna

**D**a imensa variedade de espécies da fauna brasileira, 395 (excluindo peixes e invertebrados) correm o risco de extinção, segundo o Ministério do Meio Ambiente. A causa não é apenas o desmatamento, queimadas e poluição, mas também a ação de traficantes. Oito espécies já foram extintas.

A Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), organização não-governamental (ONG) que luta pela proteção da fauna, diz que,

no Brasil, são retirados por ano 38 milhões de animais do seu ambiente natural.

É uma riqueza ameaçada. A fauna do país é a mais diversificada do mundo. Comparado com outros países, o Brasil tem o maior número de mamíferos e peixes de água doce, o segundo maior de anfíbios e o terceiro maior de aves.

Apesar das dimensões do problema, o país começa a ser reconhecido em seu esforço para combater o tráfico. O ambientalista Dener José Giovanini, cri-

ador da Renctas, recebeu neste mês, das mãos do presidente do Senado, José Sarney, a Medalha do Congresso Nacional. Em 19 de novembro, Giovanini receberá, em Nova York (EUA), o prêmio Sasakawa da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo trabalho em defesa dos animais e contra o tráfico.

Além de não comprar espécies silvestres, denuncie o comércio ilegal às autoridades. Só a participação de toda a sociedade pode impedir a destruição da fauna brasileira.

## Animais são vendidos no país e exterior

Segundo a Renctas, o destino de animais capturados são as coleções particulares, as pesquisas científicas, as indústrias química e farmacêutica, o artesanato e lojas de animais. Do total, 60% são comercializados no mercado interno e 40% vão para o exterior.

O animais saem, principalmente, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e são vendidos no Sul e Sudeste em feiras livres ou exportados. Muitos são retirados do país pela fronteira amazônica.

Para burlar a fiscalização, os animais são transportados da pior maneira e acabam sofrendo maus-tratos, privados de água e comida. De cada dez capturados, apenas um chega vivo ao destino final, segundo a Renctas. Para o transporte, são utilizados desde malas até tubos de plástico. Calmantes e sonífe-



Fotos: Arquivo Renctas



**MAUS-TRATOS** Canos de plástico são utilizados para camuflar o transporte ilegal de animais, causando ferimentos e até a morte

ros também são aplicados para acalmar os bichos.

As perdas para o país são incalculáveis. Além do desequilíbrio ambiental e da ameaça de extinção de espécies, o Brasil perde com a biopirataria.

Os animais recapturados nem sempre são devolvidos para a

natureza devido às seqüelas ou pelo estágio adiantado de domesticação. Os sadios são soltos em reservas ambientais. Os outros são enviados para criadouros cadastrados no Ibama ou zoológicos. O Ibama não tem como cuidar de todos os animais apreendidos.



**COMBATE** Polícia Militar e Ibama resgatam animais que seriam vendidos em feira livre

## Legislação proíbe a captura de animais sem licença

A proteção da fauna está prevista na Constituição e na Lei nº 9.605/98. A legislação proíbe matar, perseguir, caçar, apanhar e utilizar espécimes da fauna silvestre sem autorização ou licença. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o órgão responsável pe-

las permissões. Comete crime ambiental quem vende, exporta, compra, guarda, mantém em cativeiro ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna brasileira, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem permissão. A lei também proíbe a in-

trodução de espécime estranho à fauna do país e abuso e maus-tratos contra os animais. As penas vão de multa a reclusão de até cinco anos. O combate ao comércio ilegal de animais é feito em conjunto por vários órgãos federais, estaduais e municipais especializados em meio ambiente. O Ibama é respon-

sável pela apreensão das espécies, sempre em parceria com a polícia militar florestal, que prende os infratores e faz batidas em feiras, pontos de venda e cativeiros. A Polícia Federal fiscaliza portos e aeroportos e a Polícia Rodoviária faz o controle nas estradas. O combate é feito a partir das denúncias.



## Congresso celebra 180 anos de construção da democracia



**SOLEINIDADE** Senadores e deputados federais e estaduais se reúnem no Plenário da Câmara para comemorar a data

# N

a quinta-feira da semana passada, o Congresso Nacional se reuniu em sessão solene para celebrar os 180 anos do Poder Legislativo. Deputados estaduais representando todas as

assembléias legislativas do país também participaram da cerimônia, que teve como oradores os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, além do senador

Romeu Tuma e dos deputados Chico Alencar e Bonifácio de Andrada. Nesta edição especial, o **Jornal do Senado** traz a íntegra dos cinco pronunciamentos e do texto enviado pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva em homenagem à data. “É com o espírito público dos parlamentares que vamos construir um país justo e solidário”, ressaltou Lula.

### PERSONALIDADES DO LEGISLATIVO

**José Bonifácio de Andrada e Silva** (1763-1838), um dos homens mais influentes do Império, ficou conhecido como o “Patriarca da Independência”. Foi tutor de d. Pedro II. Afastou-se da política em 1835



**Eusébio de Queiroz** (1812-1868) elegeu-se deputado pela província do Rio de Janeiro em 1842, cargo que exerceu por cinco legislaturas. É autor da Lei de Repressão ao Tráfico Negro



**José Martiniano de Alencar** (1839-1877) foi parlamentar por 32 anos, destacando-se como político de oposição. Liderou movimentos revolucionários como a Confederação do Equador



**Barão do Rio Branco** (1845-1912) atuou na política e diplomacia. Foi secretário na missão no Rio da Prata e enviado especial em missões nas Repúblicas da Argentina, Uruguai e Paraguai





Senadores e deputados reuniram-se no último dia 13 para comemorar o aniversário do Legislativo. Nos discursos, sobressaiu a importância da instituição para a manutenção da democracia. Os congressistas ressaltaram a aproximação do Congresso Nacional com a população. Na opinião deles, o povo é o grande ator do Parlamento



**CELEBRAÇÃO** José Sarney (E) e João Paulo (D), durante o lançamento do selo comemorativo dos 180 anos do Legislativo no Brasil

## Sessão solene entrega medalhas e lança selo

A sessão solene em homenagem aos 180 anos do Legislativo foi marcada pela entrega de medalhas comemorativas aos 27 representantes das assembleias legislativas do país. A primeira insígnia foi dada ao deputado estadual Vespasiano Santos, representante da Assembleia Legislativa da Bahia. O estado foi o primeiro criado no país, ainda durante o período colonial (século 16). A solenidade ocorreu no Salão Negro do Congresso. Também foi entregue uma medalha ao representante da Associação Nacional de Vereadores, já que na mesma sessão o Congresso homenageou o Dia do Vereador, celebrado anualmente em 1º

de outubro.

Além das medalhas, os 180 anos foram comemorados com o lançamento de um selo, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O selo retrata os três edifícios que o Poder Legislativo brasileiro já ocupou ao longo da sua história – o Palácio dos Arcos e a Cadeia Velha, ambos no Rio de Janeiro, e o Palácio do Congresso Nacional, a atual sede, em Brasília.



## Parlamentares celebram os 180 anos da Casa da democracia

Os 180 anos do Poder Legislativo brasileiro foram comemorados na semana passada (dia 13) em uma sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo senador José Sarney. Durante pouco mais de uma hora, cinco oradores se revezaram na tribuna, representando as duas Casas que compõem o Congresso (Senado Federal e Câmara dos Deputados). Em comum, todos eles exaltaram a importância do Parlamento para a história do Brasil e para a construção da democracia.

Para Sarney, os mais importantes debates políticos da história foram travados no interior do Congresso. Segundo ele, o Parlamento é a instituição do povo. “Somos o coração do povo. Não somos mais do que a expressão do mandato e da confiança daqueles que nos elegerem”, disse o presidente do Congresso. Para o presidente do Senado, o Parlamento atual é uma obra coletiva, onde se destacam políticos como Tancredo Neves, Rui Barbosa e Nelson Carneiro, entre outros.

O deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara, lembrou o percurso histórico do Legislativo. Ele ressaltou a importância que a instituição foi adquirindo no decorrer dos

anos para o país. Segundo ele, esse processo acabou levando a uma maior participação popular. Tanto João Paulo quanto Sarney lembraram a força dos debates travados no interior do Parlamento, fruto de visões distintas de deputados e senadores sobre o que é melhor para o Brasil.

Falando pelo Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a comemoração dos 180 anos do Parlamento revela um estreito vínculo entre o seu funcionamento e a consolidação da democracia. Para ele, a instituição tem um grande poder de transformação, e daí decorre sua importância para o Brasil.

Ao falar pela Câmara, os deputados Chico Alencar (PT-RJ) e Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) situaram o Congresso Nacional como a mais autêntica das expressões democráticas. “Não há democracia sem Parlamento livre”, disse Alencar.

### Edição especial

Esta edição especial do **Jornal do Senado** traz os discursos proferidos na sessão solene. Além dos parlamentares, o tema foi tratado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em correspondência ao presidente do Senado, José Sarney, afirmou que é nesta instituição que são traçados os destinos do Brasil.



**CAMINHOS** Para Lula, o Congresso é o espaço de debates da sociedade

## Destinos do país são traçados no Congresso

“É com grande alegria que saúdo o Congresso Nacional pelos seus 180 anos.

Essa Casa, à qual tive a honra de pertencer, tem um papel insubstituível dentro da vida democrática: ela é o espaço de debate e de decisões em que, para além das distinções partidárias, para além das diferenças regionais, se constroem caminhos rumo ao desenvolvimento com soberania e justiça social. É nessa Casa, democrática e plural como a sociedade brasileira, onde são traçados os destinos do país. É com o espírito público dos parlamentares do Senado e da Câmara, verdadeiros guardiões da liberdade, que vamos construir um país mais justo e solidário. Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de também fazer chegar ao deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, meus cumprimentos por esta data.

Parabéns à sociedade brasileira pelos 180 anos do Congresso Nacional. Com minhas cordiais saudações, do território boliviano”.

**Luiz Inácio Lula da Silva**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Arquivo Fotográfico:** Éli da Costa e Silva (61) 311-3336

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo

**Arte:** Cirilo Quartim

**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327

**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



O presidente do Congresso, senador José Sarney, lembrou a constituição do Parlamento brasileiro no século 19, uma época em que as experiências de democracia representativa ainda eram raras no mundo. Segundo Sarney, o Brasil constituiu-se como nação dentro do Parlamento, pelo trabalho dos políticos. A seguir, a íntegra do discurso

## O Parlamento é o coração da democracia

Esta sessão é uma sessão de memória, de invocação e de símbolo. Ainda ontem (quarta-feira), na comemoração do centenário do Tratado de Petrópolis, que possibilitou a incorporação do Acre ao Brasil, tive a oportunidade de ressaltar que o país que não pensa e não cultua o seu passado fica vulnerável para enfrentar os problemas do presente e perde a perspectiva do futuro. Portanto, o que fazemos neste momento, por meio da leitura do passado, é uma avaliação do presente e firmamos uma crença extraordinária no futuro.

Os políticos que começaram a fazer o Brasil eram homens que não sabiam o que era um parlamento, nunca tinham vivido essa experiência, a não ser dois ou três, como Antônio Carlos de Andrada. Como se reunia um parlamento? De que maneira operava? Não existiam conduções. Eles vinham a cavalo ou a pé. Estes homens se reúnem e começam a construir as instituições políticas deste país através do Parlamento nacional. Somos os herdeiros dessa tradição, dessa visão que ficou até hoje e que temos de legar para o futuro. Aqui tivemos esses grandes extraordinários políticos que construíram o Brasil. Hoje continuamos essa obra política e vamos transferi-la àqueles que nos sucederem na eternidade do nosso país.

O deputado Chico Alencar [PT-RJ] disse que estamos chegando perto do coração do povo. O deputado Bonifácio de Andrada [PSDB-MG], representante dos Andradas, família que desde 1823 está no Parlamento, dizia que quase estamos chegando ao coração do povo. Digo que nós somos o coração do povo. Não somos mais do que a expressão do mandato e da confiança daqueles que nos elegeram.

A idéia do Parlamento, da representatividade, é, sem dúvida, o coração da democracia. Desde a primeira vez em que se falou em democracia, desde o discurso de

Péricles aos mortos da Guerra do Peloponeso, até hoje, podem dizer tudo do Parlamento, mas não se descobriu instituição melhor para se exercer o processo democrático. Churchill dizia que a democracia é muito ruim, mas não temos nada melhor.

A construção do Brasil começou, portanto, antes mesmo da Independência, com a convocação de uma Constituinte, com a noção de que o país teria que nascer dentro do Parlamento, como a instituição maior, do governo do povo, para o povo e pelo povo.

Era o grande momento de duas idéias fundamentais da Humanidade, o constitucionalismo e o parlamento. Ambas tinham suas histórias mergulhadas na Antiguidade, mas haviam passado pela restauração que nascera nos gritos fortes de liberdade e de igualdade explodidos na Revolução Americana, e a que se incorporara o desejo cristão de fraternidade no sonho da Revolução Francesa.

No Brasil, àquele tempo, fazíamos e sonhávamos com uma das primeiras constituições do mundo; fazíamos um país baseado na lei. Naquele momento só havia a Constituição americana, esta construção que consegue o milagre de se manter de pé até hoje, por sua simplicidade, e a Constituição Francesa, a terceira tentativa da pátria das idéias democráticas modernas. Os espanhóis haviam feito e desfeito a famosa Constituição de Cádiz, que tanto nos influenciou. Espanha, Portugal, vários países, como nós, tentavam, na terceira década do século dezenove, construir esse quadro dos direitos anunciados.

Começamos abrindo o Parlamento, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, convocada pelo Príncipe Regente – que ainda não era Imperador – atendendo proposta do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Parlamento tem a mesma origem que "palavra", e



**HISTÓRIA** Para Sarney, a construção do país começou com a criação da Assembléia Constituinte, embrião do Congresso Nacional

carrega consigo a idéia do diálogo; traduz a conquista do direito de falar, de dar sua opinião; e o nosso refletia naquela casa de opinião e diálogo a idéia do Estado moderno, que é soberano por ser o resultado de um pacto social, por pressupor o equilíbrio entre o poder do cidadão e o poder da sociedade.

Esta a visão que fora condensada por Montesquieu: um sistema em que o cidadão abdica de parte de seus direitos individuais para assegurar o direitos de todos, um sistema dividido em poderes delegados que asseguram o equilíbrio entre direitos e deveres, entre forças encarregadas de conceber, executar e julgar em estreita harmonia.

O país não existia. Só existiam a idéia do Brasil, o imperador e a coroa. Mas ao poder que sucedia os três séculos de monarquia absoluta, já dizia José Bonifácio: "Aqui neste recinto só entrará o Imperador. Ninguém mais pode entrar, nem os ministros, nem ninguém". O imperador, quando foi à instalação da Assembléia Constituinte, deixou-se entrar sem a coroa no Parlamento.

Cochrane, almirante contratado para defender a Independência, julgava esse gesto como uma desmoralização, porque jamais ele, como

inglês, poderia conceber que a coroa do rei fosse tirada ao entrar no Parlamento. Nós fazíamos isso, aqui no Brasil, no ano de 1823.

Estes deputados traziam a alma impregnada das mais generosas idéias. Algumas eram universais, e com elas discutia-se a liberdade de imprensa quando não existia a imprensa; discutiam-se os predicamentos da magistratura quando não tínhamos magistratura; deliberava-se que ninguém poderia ser preso senão em flagrante delito quando o canhão estava à porta. Liberdades: pessoal, religiosa, de indústria, de imprensa; juízo por jurados, igualdade perante a lei, igualdade no acesso aos cargos públicos, inviolabilidade da propriedade, direito e dever de resistência à opressão. Em tudo um panorama das idéias constitucionalistas. O imperador seria a encarnação do Poder Executivo, mas seus ministros seriam responsáveis perante a lei, não os desculpando ordem do imperador, verbal ou escrita, e o imperador não poderia decretar sem o referendo dos ministros. O Legislativo não poderia ser dissolvido, e os vetos às leis teriam somente efeito suspensivo. O Poder Judiciário seria vitalício e inamovível, vedados os tribunais de exceção.

Mas muitas idéias eram nossas, e com uma delas construímos um país diferente: a idéia da unidade nacional, de que éramos, e somos, um só país, irmanado num desejo de fraternidade e de superação das diferenças. No continente de [Simon] Bolívar, fizemos uma construção civil, em contraste à construção feita em batalhas que dividiu nossos vizinhos. Dentro da Constituinte, nascia a idéia de começar a lutar por este Brasil extraordinário, grandioso e continental.

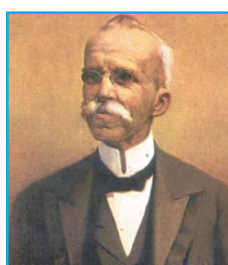
Nossos colegas parlamentares daqueles dias em que se fundou o Brasil eram, como disse e insisto, generosos. Como disse o deputado Chico Alencar, a primeira idéia discutida foi a da conciliação, o projeto de anistia. Muitos a reclamavam. Foi uma tradição brasileira a anistia que se repetiu ao longo do tempo, porque essa idéia estava no coração daqueles que instituíram o Parlamento brasileiro. Ainda ontem (quarta-feira), no Senado, votávamos o projeto da anistia aos que fizeram greve em 1996. Votamos o projeto de anistia a todos os que se revoltaram em determinado tempo e foram punidos. A anistia é uma idéia-chave da alma brasileira, construída dentro do Parlamento, do diálogo, da compreensão da diversidade, é um patrimônio nosso. Fomos nós que a criamos e que a estamos mantendo. Certamente, levaremos ao futuro o legado da conciliação.

Nas memórias, nos anteprojetos de lei preparados para apresentação à Constituinte, a idéia do bem comum é o problema dominante. Idéia que, em suas várias faces, permaneceu e permanecerá no imaginário brasileiro. Para voltar a citar o Andrada, só duas delas foram superadas pelo tempo: a mudança da capital, que concluímos, e a fixação de nossas fronteiras, que Rio Branco concluiu há cem anos; mas as outras, a defesa do meio ambiente, a reforma agrária, a implantação da educação pública, a instituição de várias universidades no Brasil – e propunha uma em São Paulo, ou-

**Joaquim Nabuco** (1849-1910), líder abolicionista, foi deputado por Pernambuco. Conhecido como "O Estadista do Império", era filho de José Nabuco. Fundou a Academia Brasileira de Letras



**Otávio Mangabeira** (1886-1960) destacou-se como deputado constituinte em 1946. Antes, porém, exerceu intensa atividade parlamentar marcada pela preocupação com questões diplomáticas



**Rui Barbosa** (1849-1923), deputado, senador, ministro e candidato à Presidência de República, participou de todas as grandes campanhas de sua época, entre as quais a Abolição da Escravatura



**Luís Carlos Prestes** (1898-1990) elegeu-se senador pelo Distrito Federal e participou da elaboração da Constituição de 1946. Destacou-se como líder comunista e defensor de causas sociais



Para Sarney, o Parlamento é o mais exposto dos Poderes. Isso ocorre, disse, porque as decisões do Legislativo são tomadas à luz do dia. Ele citou alguns dos protagonistas da história política nestes 180 anos. Homens e mulheres que, segundo o presidente do Congresso Nacional, "fundaram o Parlamento e levaram este país ao longo do tempo"

tra no Rio de Janeiro, outra no Norte e até em São Luís do Maranhão –, o direito dos negros e índios, foram centro de atenção em todos os momentos de nossa vida parlamentar. Foram, e continuam a ser, pois todo Estado é um edifício em construção, em que os problemas se renovam e reapresentam com as transformações da sociedade de que ele é o agente.

Assim, na passagem desta data, verificamos que o Brasil foi feito dentro do Parlamento e que as instituições democráticas, as instituições políticas, a construção nacional não foram feitas em batalhas fora do Parlamento, mas dentro do Parlamento, no passado, no presente e no futuro.

Aqui no Parlamento o Brasil foi criado, a Federação foi formada, pelo trabalho dos políticos brasileiros. Temos que enfrentar as críticas, mas, herdeiros dessa tradição, devemos estar orgulhosos do que a classe política fez pelo Brasil. No Parlamento, encontraremos todas as soluções dos nossos problemas, pois aqui é o lugar em que o povo pode questionar tudo, inclusive o próprio Parlamento.

O Congresso Nacional é a instituição do povo. Com a simples força das palavras e das idéias, a nação existe, vive e é representada. Quando o Parlamento se fecha, baixa o silêncio sobre todos os direitos, porque o povo não tem aquela expressão da Casa à qual recorre a fim de reivindicar seus direitos e formar sua consciência.

Evidentemente, de todos os Poderes, este é o mais criticado, conforme se observa nas pesquisas. Isso ocorre porque as decisões do Parlamento são tomadas à luz do dia, e os outros Poderes decidem de outra maneira. No processo de decisão, há influência de todos, dos que se sentem prejudicados e dos que se sentem confortados. Sem dúvida, ele leva a resistências, a incompreensões, mas isso faz parte da democracia. É o preço que pagamos pela existência do Poder Legislativo.

Devo dizer que esses números que aparecem hoje são o dobro dos que apareciam no princípio do ano

passado, porque cada vez mais o povo compreende as nossas dificuldades, mas é no Parlamento, quando todas as dificuldades estão presentes, que todos vêm em busca de solução.

O Congresso Nacional é uma Casa acima do tempo. Nossa história é a dos homens que defenderam o povo brasileiro. O presidente João Paulo Cunha teve oportunidade de dizer que a história do Brasil inclui o Parlamento.

Quero terminar estas minhas palavras olhando para o passado e percebendo que somos herdeiros da tradição do passado. Para que não morra a memória dos homens que construíram o Parlamento do passado – não vou falar dos vivos, grandes e extraordinárias figuras da política brasileira, que mantêm a continuidade –, quero chamar, com os olhos no tempo, como se eles estivessem aqui presentes, aqueles que fundaram o Parlamento e levaram este país ao longo do tempo de sua história.

Em primeiro lugar, quero chamar José Bonifácio de Andrada e Silva; quero chamar Antônio Carlos, o grande orador da Constituinte; quero chamar Vasconcelos de Drummond, onde ele se encontrou; quero chamar Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque; quero chamar Carneiro da Gama; quero chamar Diogo Feijó; quero chamar Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, paralisado, entrava no Parlamento empurrado por um palanquin e pedia licença para falar sentado; quero chamar Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha; quero chamar Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda; quero chamar Miguel Calmon, Marquês de Abrantes, que, durante 12 anos, presidiu o Senado; quero chamar o Visconde de Cairu, com as idéias que discutia na Constituinte a respeito da economia brasileira; quero chamar Aureliano Coutinho; quero chamar Teófilo Ottoni; quero chamar Zacarias de Góes e

Vasconcelos; quero chamar Eusébio de Queiroz; quero chamar Nicolau Vergueiro; quero chamar Evaristo da Veiga; quero chamar Paulino de Souza, Visconde do Uruguai; quero chamar o senador Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; quero chamar o deputado Antônio Pereira Rebouças; quero chamar o senador Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim; quero chamar o deputado Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá; quero chamar Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, o homem da conciliação; quero chamar Nabuco de Araújo; quero chamar seu filho, Joaquim Nabuco, pois até hoje todos nos valemos deles, citando suas palavras e a sua passagem; quero chamar Saraiva, que se envolvia nas questões da Província Cisplatina; quero chamar José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que, além de todas as virtudes, teve a delegar ao seu filho, o Barão do Rio Branco, que pensou na unidade do país e de nossas fronteiras; quero chamar a Princesa Isabel, que foi a primeira senadora, porque nossa Constituição assegurava que os príncipes herdeiros eram os senadores vitalícios; quero chamar o escritor José de Alencar, que também passou por

aqui como senador; quero chamar Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto; quero chamar Gaspar de Silveira Martins, que fala ao coração dos gaúchos, extraordinário orador, dos maiores que existiu no Parlamento; quero chamar Rodrigues Alves, que também aqui esteve; quero chamar o grande Rui Barbosa, pequenino na sua figura, andando nos nossos corredores, assomando às tribunas, mas tornando-se gigantesco através das suas idéias e das suas palavras; chamo por Prudente de Moraes, o senador; chamo por Campos Salles, o senador; chamo por Pinheiro Machado, o senador; chamo por Eptácio Pessoa; chamo por Artur Bernardes; chamo por Nilo Peçanha; chamo pelo escritor Jorge Amado, também deputado na Constituinte; chamo por José Américo de Almeida; chamo por Luís Carlos Prestes, senador; chamo por Adauto Lúcio Cardoso, presidente desta Casa que brilhantemente resistiu ao seu fechamento com um gesto de bravura; chamo por Afonso Arinos de Mello Franco; chamo por Raul Pila; chamo por Alberto Pasqualini; chamo por Aliomar Baleeiro; chamo por André Franco

Montoro; chamo por Carlos Lacerda; chamo por Daniel Krieger; chamo por Gustavo Capanema; chamo por João Amazonas; chamo por João Mangabeira; chamo por Luiz Vianna Filho; chamo por Maria do Céu Fernandes, primeira mulher de expressão nesta Casa; chamo por Milton Campos; chamo por Nelson Carneiro; chamo por Pedro Aleixo; chamo por Thales Ramalho; chamo e aclamo Ulysses Guimarães, que tantas vezes sentou nesta Casa.

E termino esse chamamento com aquele herói que ainda hoje nos faz ficar de olhos molhados: o grande parlamentar, o grande brasileiro e o grande político Tancredo de Almeida Neves.

Vendo todos eles aqui presentes, encerro minhas palavras lembrando, citando e evocando um nome fundamental da história do Brasil: Tiradentes.

Nos Autos da Devassa, uma das provas contra Tiradentes veio do depoimento de uma pessoa que disse estar ele conspirando. A pessoa falou que encontrou Tiradentes e disse-lhe: "Aqui estou para trabalhar para ti". A fim de mostrar que ele conspirava, Tiradentes respondeu: "E eu, a trabalhar para todos".

Lembremos, nós, políticos, reunidos aqui, a consciência moral de nossos deveres para com a nação, o passado e o futuro: trabalhar para todos, eis o dever de todo político.



REPRESENTAÇÃO O Congresso Nacional é a instituição do povo, uma Casa acima do tempo, disse Sarney

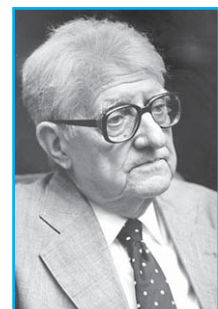


**Gustavo Capanema** (1900-1985) foi ministro de Getúlio Vargas em 1934. Eleito deputado constituinte em 1945, obteve sucessivos mandatos parlamentares, nos quais atuou na área da Educação



**Juscelino Kubistchek** (1902-1976), presidente com administração marcada pelo caráter modernizador e desenvolvimentista, foi o responsável pela construção de Brasília. Elegeu-se senador por Goiás

**Luiz Viana Filho** (1908-1990) foi o mais jovem deputado federal eleito no Brasil, em 1934. Escritor e historiador renomado, foi membro da Academia Brasileira de Letras e ministro da Justiça



**Afonso Arinos de Melo Franco** (1905-1990) esteve à frente da vida política brasileira desde 1930. Deputado, senador e ministro, foi um dos principais críticos dos rumos do regime militar de 1964

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, acredita que o Congresso Nacional possui hoje uma face mais próxima da população brasileira. Segundo ele, os congressistas fazem um grande esforço para que o Brasil esteja preparado para enfrentar os desafios atuais. Veja a íntegra do discurso



## Congresso soube resistir às ditaduras

O Poder Legislativo é ao mesmo tempo o menos compreendido e o mais esquadrinhado dos Poderes da República, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

É exatamente no Parlamento que se encontram as idéias e as doutrinas. Aqui se reúnem os homens e as mulheres que pensam e trabalham com muitas visões diferentes, mas sempre buscando um ideal. Desse confronto e interação de opiniões e idéias é que surge a força do Parlamento, representado pelas câmaras, assembleias, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Aliás, a história do Parlamento confunde-se com a história do Brasil.

As câmaras municipais, mesmo antes da Independência, ainda quando vinculadas umbilicalmente à matriz, Portugal, tinham suas representações.

Quero lembrar que a Câmara Municipal de Jundiá – cujos representantes aqui se encontram – foi inaugurada em 1656 na então Província e, até hoje, está de pé, com a representação do seu povo. Mas foi a partir de 1822 que o Brasil adquiriu a representação política com *status* paritário com a sua antiga metrópole. Veio a primeira Constituinte. Elegemos deputados. A maioria do povo brasileiro da ocasião não votou, foi aliado do processo democrático. E mesmo os eleitos não lograram êxito ao apresentar e formatar suas idéias para uma Constituição – a primeira do Brasil independente –, porque o imperador d. Pedro, na ocasião, não quis aceitar e resolveu tornar sem efeito o trabalho produzido pelos deputados.

Porém, a partir daí, evoluímos. Passaram-se 60 anos entre a Independência e a República, período muito forte para nosso País, de experiência muito rica. Depois da República, presenciamos o crescimento da participação do povo brasileiro nos destinos da pátria. É



**PRESSÃO** Para João Paulo, os períodos autoritários tentaram calar a voz do Congresso, reduzindo seu poder de legislar e fiscalizar

verdade portanto que, no decorrer do tempo, houve crescente participação do povo.

Hoje, somos uma nação de 175 milhões de brasileiros com 115 milhões de eleitores, uma das maiores nações do mundo. Temos por excelência um sistema de votação que é emblemático e modelo para o resto do mundo: a votação eletrônica.

É verdade que, à época do Império e na primeira parte da República, a representação no Parlamento era circunscrita a uma parcela da elite brasileira; o povo ainda não tinha participação. As mulheres adquiriram direito a voto em 1934. E vivemos, restringindo-me apenas ao século 20, dois períodos longos de ditadura. E o Parlamento, apesar de ter sido altivo, forte e lutador, em muitos momentos, foi amordaçado e reduzido seu poder de falar, de legislar e muito de fiscalizar, mas mesmo assim resistiu. Resistiu e adquiriu, no processo recente de redemocratização do País, sua forma mais próxima, do meu ponto de vista, da população brasileira. E fez com que produzíssemos uma Constituição que, do meu ponto de vista, é uma boa Constituição. A Constituição de

1988 representa efetivamente a nova fase do Brasil.

É natural que, depois de longo período de arbítrio, toda aquela demanda reprimida de vontade popular, dos mais diversos setores, extravasassem e chegassem ao processo constituinte. Nesse processo – temos que deixar firmado para a história –, cumpriu papel preponderante o presidente da ocasião, com quem tenho muito orgulho de dividir a Mesa, o presidente José Sarney. O processo constituinte teve sua mão.

Todos conhecemos o processo recente da política brasileira, em que há crescente participação. O exemplo hoje aqui é eloquente, pela quantidade de vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores da República. Avisto daqui o senador Marco Maciel, na sua humildade, sentado, participando da nossa sessão. (Palmas.) Essa integração entre os parlamentos efetivamente pode produzir combustível renovado para nosso trabalho na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas assembleias, nas câmaras de vereadores, a fim de que possamos, de fato, levar nossa representação às últimas conseqüências.

É importante dizer que a representação de um parlamentar vem de várias fontes, e quem não conhece isso não sabe lidar com o parlamentar. Há parlamentares oriundos da idéia, da doutrina, do debate político, da polêmica; dessa origem, torna-se um parlamentar. Há outros que são originários do empenho num tema, do aprofundamento num assunto, do trabalho; daí vêm aqueles mais ligados à saúde, à segurança, ao mundo do trabalho, à agricultura. Há aqueles originários da estrutura partidária, que reconhecem o valor do partido como produção coletiva e criam uma idéia e a vendem à sociedade, para que esta faça a avaliação; uma parcela dos vereadores, dos deputados e senadores são originários daí.

É dessa mistura de origens e fon-

de escolher aquele que melhor o representa.

Por isso, senhores – vereadores, deputados, senadores –, com muito orgulho, realizamos esta sessão solene e, com muita satisfação, homenageamos o Parlamento brasileiro por seus 180 anos. Este Parlamento foi construído, como disse nossa propaganda nas revistas no último fim de semana, com H maiúsculo, que é o H exatamente dos dois prédios que simbolizam as duas Casas, a Câmara e o Senado.

Temos feito aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal grande esforço para que nosso país esteja absolutamente preparado para enfrentar os novos desafios do século 21. Desafios esses todos enfiados em um só tema, em um só objetivo, em uma só procura, que é melhorar as condições de vida do nosso povo para garantir melhor futuro às nossas famílias. É isso que tem nos movido, é isso que tem movido nosso trabalho.

Como nenhum homem é universal se não amar sua própria aldeia, quero encerrar, presidente José Sarney, saudando aqui os vereadores de Osasco – e o presidente, em particular –, minha cidade, onde fui vereador, com muito orgulho, por seis anos.

Aos 24 anos, fui vereador, exerci na plenitude o mandato e, a partir dali, adquiri a dimensão política, a dimensão necessária para pensar o conjunto do país, a relação com o mundo, olhando para nossa província e pensando que o mundo pode ser melhor. E, para ser melhor, é importante que se tenha melhor economia, liberdade assegurada e democracia. Mas não existirá democracia se o Parlamento não funcionar na sua plenitude e, para isso, precisamos saudar os 180 anos do Parlamento brasileiro.

Viva os deputados, vereadores, senadores! Viva o povo brasileiro! Viva nosso Parlamento!

**“O Parlamento reúne pessoas que trabalham com visões diferentes, mas buscando um ideal”**

tes que emergem os parlamentos. É de daí que surgem nossa força e nossos defeitos, o que faz com que o Parlamento seja atacado muitas vezes de forma injusta. Não se pode julgar o conjunto dos vereadores e dos deputados pela ação de um só. É preciso separá-lo. E pode ocorrer que, quando o próprio Parlamento não toma essa medida, o povo toma. O povo é sábio, sabe separar e votar muito bem. E, quando as condições são dadas, o povo exerce, na sua mais ampla conseqüência, seu direito

### Maria do Céu Fernandes

nasceu em 1910. Ingressou no Partido Popular, disputando as eleições para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em 1934, tendo sido eleita com 12.058 votos. Participou do primeiro pleito a ser realizado sob a égide da Justiça Eleitoral. Foi a primeira deputada estadual eleita no Brasil e na América do Sul



**Jorge Amado** (1912-2001), o famoso autor literário, foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 1945. Participou da Assembleia Constituinte de 1946 (pelo Partido Comunista Brasileiro) e da primeira Câmara Federal após o Estado Novo, sendo responsável por várias leis que beneficiaram a cultura



**Tancredo Neves** (1912-1985) e **Ulysses Guimarães** (1916-1992) lideraram a reconstrução democrática do Brasil. Tancredo, eleito primeiro presidente civil depois do golpe de 64, e Ulysses, o Senhor Diretas, presidiu a Constituinte de 1988





Senador Romeu Tuma (PFL-SP) destaca que a complexidade do processo legislativo é a garantia de que, antes de se tornarem leis, os projetos serão examinados em todos os seus aspectos pelos deputados e senadores, avaliando-se os seus desdobramentos e impactos. A seguir, a íntegra do discurso

## Os parlamentares se irmanam ao povo

**P**rimero, queremos saudar o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pelo vigor com que trouxe a nós o entusiasmo de V. Ex.<sup>a</sup>, presidente José Sarney, e do presidente João Paulo, nas discussões da comissão criada para elaborar o programa de comemoração dos 180 anos de existência do Parlamento brasileiro.

Comprovamos a visão do presidente José Sarney ao estimular a TV Senado, o Interlegis (comunidade virtual do Poder Legislativo), quando pudemos fazer algumas audiências por intermédio desse sistema para dizer que hoje não seria um dia em que iríamos tomar champanhe e comer bolo de aniversário.

Seria um dia em que invocariamos o que representa o Parlamento brasileiro, um dia de trabalho, como nos diz o senador Sérgio Zambiasi todos os dias de manhã quando nos encontramos: "Não esqueça que vai ser um dia de trabalho".

Acreditamos que este evento é importantíssimo para o Congresso, principalmente para a sociedade saber da nossa unidade, que os Poderes se dividem, mas também se entrelaçam quando buscam o interesse público.

Hoje estamos encerrando as comemorações pelo transcurso dos 180 anos de criação do Parlamento brasileiro. Nesse período, pudemos recuperar muitas informações, refletir sobre o papel do Poder Legislativo e aprofundar nossos conhecimentos sobre as atividades e a importância do Congresso Nacional, verdadeiro guardião da democracia e das liberdades em nosso país.

Entre tantas reflexões que fizemos sobre a importância do Poder Legislativo, em meio a essas comemorações, destacaria, como conclusão inarredável, o estreito vínculo entre o seu funcionamento e a consolidação da democracia.

Desde os primórdios da nossa Independência, o Parlamento sempre esteve presente na nossa organização político-administrativa. É certo que a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil acabou sendo fechada por decreto do imperador d. Pedro I sete meses após iniciar seus trabalhos, em 1823, para retomá-los somente três anos depois.

A atitude de d. Pedro I é creditada à reação dos parlamentares, que não aceitavam que ficasse o Parlamento submisso ao poder do imperador. É certo também que o Congresso Nacional foi cerceado em ou-



**PARTICIPAÇÃO** Tuma lembra que cidadão opina, em audiência pública, sobre projetos de interesse nacional

tras ocasiões, como no Estado Novo e na vigência do regime militar. Ainda assim, o Brasil soma o terceiro maior tempo de atuação do Parlamento, logo após a Inglaterra e os Estados Unidos.

A história do Parlamento brasileiro, como disse, confunde-se com a nossa história político-administrativa. Ao longo desse tempo, os parlamentares viveram com intensidade todos os fatos marcantes da nossa história, a começar pela abdicação de d. Pedro I em favor de seu filho, d. Pedro II, então com apenas cinco anos de idade. Foram momentos difíceis para o país, porquanto o Imperador havia se desgastado politicamente e o filho era menor de idade.

O período da Regência seria marcado por desentendimentos entre os grupos políticos e pelas revoltas nas províncias – a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, foram as principais – além de motins no Rio de Janeiro e revoltas liberais em São Paulo e Minas. A atuação dos deputados e senadores naqueles momentos tão conturbados foi mais do que importante, foi fundamental para a manutenção da unidade nacional.

Na primeira metade do reinado de d. Pedro II, o país viveria um período de paz, de consolidação da ordem social. A indecisão e a demora na abolição da escravatura ocasionaram desgastes ao imperador, que enfrentou grave oposição na imprensa e no Parlamento. Aos abolicionistas juntaram-se os republicanos, descontentes não apenas com

o sistema de governo, mas também com o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai e com as consequências desse envolvimento na economia nacional. Se, de um lado, o fim da escravatura beneficiou o imperador junto aos abolicionistas, de outro, provocou seu desgaste junto à aristocracia rural, que passou a apoiar os republicanos.

Há que se destacar nesse período a combativa atuação dos parlamentares pela abolição. Na Câmara ou no Senado, parlamentares como Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva e Nicolau Vergueiro empreenderam decisiva campanha contra a escravidão, aliando-se a intelectuais, artistas e jornalistas renomados, como José do Patrocínio, este inclusive filho de escrava alforriada.

Com a Proclamação da República, o Parlamento mudaria de feições. Os senadores deixaram de ser vitalícios, o princípio federalista foi inserido na Constituição de 1891 e tem sido reiterado em todas as Cartas desde então. Entre tantos vultos de renome na política nacional, no começo do século passado, sobressaiu – seria injusto omitir – o intelectual, estadista e jurisconsulto Rui Barbosa. Apelidado de Águia de Haia por sua atuação representando o Brasil na Segunda Conferência de Paz naquela cidade holandesa, Rui elevou o nome do

Brasil no cenário internacional e honrou nosso Parlamento como deputado e senador.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, mais especificamente com a decretação do Estado Novo, o Congresso conheceria alguns dos seus momentos mais difíceis. A Constituição de 1937 instaura o regime ditatorial e as atribuições do Parlamento somente seriam recuperadas com a destituição de Getúlio Vargas pelos ministros militares em 1945.

O Congresso brasileiro voltava a funcionar e a participar ativamente da vida nacional. Experimentamos um período de desenvolvimento econômico.

Passados os horrores da 2ª Grande Guerra, ainda conviveríamos por muitos anos com os embates ideológicos da Guerra Fria. Esse período de redemocratização compreendeu, sucessivamente, os governos de (Eurico Gaspar) Dutra, novamente Getúlio – que se suicidaria em 1954, em meio a grave crise política –, Juscelino [Kubitschek], Jânio Quadros e João Goulart.

Além do suicídio de Getúlio, que provocou forte comoção em todo o país, há que se destacar no período o desenvolvimento implementado por Juscelino Kubitschek; a mudança da capital para Brasília, integrando as vastas porções do nosso território que estavam alijadas do processo de desenvolvimento; a renúncia de Jânio Quadros e a experiência parlamentarista entre setembro de 1961 e janeiro de 1963.

A redemocratização se consolidaria com a convocação da Assembléia Constituinte de 1987, e a promulgação da Carta Magna no ano seguinte. Desde então, as atribuições do Parlamento brasileiro foram ampliadas, bem como as oportunidades de interferência popular e de participação das comunidades na gestão político-administrativa. Nos anos mais recentes há de se citar o episódio do *impeachment* do presidente Fernando Collor, votado com absoluta serenidade pelo Congresso e acompanhado, também, da forma mais pacífica pela população brasileira.

Em todos esses momentos, sr. presidente, nobres colegas, os parlamentares têm se irmanado com o povo brasileiro, identificado com os

seus sonhos, com suas aspirações.

É importante ressaltar esses feitos, porque subsiste uma certa descrença arraigada em alguns segmentos da sociedade brasileira em relação ao papel de nossas instituições, entre elas o Congresso Nacional. Na verdade, esse descrédito se deve, no mais das vezes, a um desconhecimento cabal das atividades legislativas.

Por exemplo: boa parte da população acredita que nós, parlamentares, trabalhamos de terça a quinta-feira, porque a mídia mostra os Plenários das duas Casas vazios nos demais dias. Essa parcela da população ignora que o nosso trabalho mais intenso se dá nas comissões e nos órgãos técnicos, e que o Plenário só fica repleto quando há deliberações de grande importância em pauta.

Aqui abriria um parêntese para cumprimentar o presidente José Sarney, cujo objetivo é levar para fora do Parlamento as atividades legislativas e auxiliar os Srs. vereadores, os srs. prefeitos, os srs. deputados estaduais por meio do Interlegis, do ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) e da televisão e rádio do Senado e da Câmara, para que haja efetiva participação da sociedade no trabalho parlamentar.

Assim, com o projeto de ação participativa em que o próprio povo, por meio de abaixo-assinados, pode apresentar seus projetos, cada vez mais, deputado Chico Alencar (PT-RJ), como V. Ex.<sup>a</sup> também disse desta tribuna, estamos chegando perto do coração do povo.

Ignora, igualmente, que muitos parlamentares, embora presentes na Casa, não se encontrem em Plenário, porque os horários das sessões coincidem com as atividades de comissões. Dessa forma, não se percebe que a atividade parlamentar impõe ao senador e ao deputado freqüentes obrigações a serem cumpridas em seu estado de origem ou mesmo em outros pontos do território nacional.

Por isso, é fundamental que o Parlamento amplie seus canais de comunicação com o eleitorado e com as comunidades em geral, como já vem acontecendo por meio dos periódicos e emissoras institucionais ou por meio de serviços como o Fala Cidadão.

E já disse o que tem sido feito no Senado Federal e, com certeza, na Câmara dos Deputados, por meio da iniciativa de seus presidentes.

É absolutamente necessário, sras. e srs. congressistas e srs. ministros,

Gerardo Magliolo

**“A história do Parlamento confunde-se com a nossa história político-administrativa”**



Chico Alencar (PT-RJ) destacou a importância do exercício de memória em louvor à democracia, feito pelo Senado e pela Câmara dos Deputados na comemoração dos 180 do Poder Legislativo. "Por ser celebrada, a democracia precisa se consolidar, no dia-a-dia, com nossa representação legítima, autêntica e dedicada." Conheça o discurso na íntegra

que nos aproximemos do cidadão brasileiro, estreitando esse contato entre os representantes e os representados, para que eles possam não apenas avaliar o nosso trabalho, mas também participar dele de uma forma mais direta e mais freqüente, não se restringindo à mera escolha dos parlamentares por meio democrático do voto.

O fortalecimento do Congresso, em última análise, é o fortalecimento da representação popular.

Hoje, o Poder Legislativo se revigora em todo o mundo. Entretanto, há algumas décadas, ele foi questionado em democracias tradicionais da Europa, como da Alemanha, da França, da Itália e da Suíça, também dos Estados Unidos, do México e de outros países sul-americanos. Esse questionamento do papel dos Legislativos ganhou força porque o Poder Executivo, na condição de realizador dos projetos e programas de governo, julgava-se em melhores condições para também legislar sobre eles.

Além disso, o Parlamento, dada a sua condição de órgão colegiado, formula, aprecia e delibera de forma mais lenta, como é natural, obedecendo a processos mais complexos e negociando as posições divergentes. Essa complexidade do processo legislativo brasileiro é a garantia de que as proposições, antes de se tornarem

**"A expressão e a liberdade de um povo se consolidam no funcionamento regular do seu Parlamento"**

leis, serão examinadas em todos os seus aspectos, avaliando-se os seus desdobramentos e o seu impacto junto a diferentes segmentos da sociedade. De fato, meus nobres colegas e srs. vereadores, não se pode exigir rapidez na apreciação de matérias de alta complexidade, sob pena de termos que arcar com graves conseqüências.

Entretanto, as atribuições do Poder Legislativo não se resumem à ação legiferante. Nesse sentido lembraria as palavras do presidente americano Woodrow Wilson, quando professor em Princeton: "Tão importante quanto legislar é fiscalizar atentamente a administração e, mais ainda, instruir e orientar o público sobre assuntos políticos de interesse nacional".

Aqui cabe registrar que esse chamamento do povo, para discutir e opinar sobre grandes projetos de interesse nacional, tem ocorrido com muita freqüência entre nós por meio de audiências públicas e outros eventos abertos à população.

Felizmente, sras. e srs. congressistas e colegas de outros Paramentos,

o papel do Poder Legislativo foi reavaliado pelos brasileiros e pelos demais povos de tradição democrática, prevalecendo hoje o entendimento de que a expressão e a liberdade de um povo se consolidam no funcionamento regular do seu Parlamento, da menor à mais elevada instância.

Aliás, aproveitando a referência às instâncias do Poder Legislativo, não posso deixar de registrar a alegria que tivemos em comemorar na parte da manhã, no Senado Federal, o Dia Nacional do Vereador, em sessão especial que tive a honra de propor e que, de imediato, teve acolhimento dos ilustres colegas. Como estamos festejando os 180 anos do Parlamento no Brasil, é de todo oportuno lembrar – conforme já salientara na abertura dessas festividades – que as câmaras municipais se enraizaram de tal forma na sociedade brasileira, desde os tempos coloniais, que se mantiveram ativas ao longo de todo esse tempo e, hoje, vivem ainda um processo de notável fortalecimento.

São os vereadores, sr. presidente, que personificam, na área legislativa, a estrutura básica do nosso estado de direito. Sua escolha representa a mais autêntica opção do eleitor, porque está mais próximo dele e porque conhece de perto os problemas da comunidade.

As câmaras municipais têm sido o celeiro de boa parte dos grandes parlamentares e estadistas brasileiros, que ali colhem a experiência a ser utilizada em sua trajetória de homens públicos.

Por isso, aproveitando o ensejo, quero daqui cumprimentar, mais uma vez, os 60 mil vereadores que, com dedicação e tenacidade, exercem seus mandatos em todos os municípios brasileiros.

Finalmente, sr. presidente, sras. e srs. parlamentares, ao se encerrarem as festividades comemorativas do 180º aniversário de criação do Parlamento no Brasil, quero manifestar minha crença no grande poder de transformação que tem essa instituição; e quero destacar sua elevada contribuição no processo de fortalecimento e de progresso do nosso país, porque essa é a missão sagrada que nos foi confiada pelo povo brasileiro.

Sr. presidente, informo V.Exª que os srs. vereadores, por intermédio de trabalho do Interlegis, farão a distribuição de um kit completo sobre essa importante legislação.

## Não fomos eleitos para substituir o povo, mas para representar a população

Há 180 anos era fundado o primeiro Parlamento geral brasileiro. As câmaras municipais precederam esse momento nacional, desde os primórdios da colonização, com as famosas Câmaras dos Homens Bons, nas quais as mulheres, assim como os escravos, não tinham representação. Naquele Brasil colonial, bons eram os donos de gado e de gente que professava a religião oficial. Fomos avançando e a história tem o condão de mostrar que o momento presente não é definitivo em qualquer situação, para qualquer instituição.

Há 180 anos, a primeira expressão de representação popular, ainda limitada, excludente e com um quê de aristocrática, sofreu o golpe do autoritarismo. A Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa, inaugurada no início de 1823 – o Brasil já independente de Portugal –, foi fechada de forma autoritária pelo imperador d. Pedro I, mas nos deixou legado, que hoje estamos celebrando.

Primeiro, seis leis ordinárias, uma delas garantindo a liberdade e a anistia de todos os criminosos políticos. Este país nasceu com o afã pela liberdade e com o compromisso legal de não reprimir idéias diferentes das predominantes. Segundo, não há democracia sem representação popular.

Na nossa quadra republicana, vivemos espasmos de democracia plena em meio a um mar de autoritarismo e redução do Poder Legislativo. É justamente aí, quando o Legislativo fica reduzido, apequenado, que o autoritarismo viceja. Por isso, essa é uma manifestação cívica e cidadã.

É muito importante que tanto o Senado quanto a Câmara façam esse exercício de memória para louvar a democracia, que é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros, e também, para mostrar que na luta pela democracia, que também caminha no Parlamento, em cada Assembléia Legislativa e em cada Câmara dos mais de 5.500 municípios, está se escrevendo nossa história livre de cassações, de represões, de toda ameaça à liberdade.



**ELEIÇÕES Legislativo é o Poder com maior controle social, diz Chico Alencar**

Mas essa história se faz também nas lutas do povo. Daí a importância desta data também como reflexão.

Vamos comemorar, depois de amanhã (15 de novembro), a Proclamação da República. Como alertava um republicano, se não nos esforçarmos, todo o afã republicano ficará vazio, não terá significado.

Muitos republicanos históricos, poucos anos depois da Proclamação, que tanto tomou corações e mentes e livrou-nos de um regime monárquico que, àquela ocasião, já não se adequava aos anseios da maioria da população, disseram: "Não é esta a República dos nossos sonhos".

Em 1945, Hermes Lima, outro grande brasileiro, disse que a política institucional do Brasil tem medo do vulcão chamado povo, que não pode ficar adormecido, é preciso dar-lhe um duto de participação.

Nosso grande jurista Raymundo Faoro, no clássico *Os Donos do Poder*, em seu último capítulo, também bate na mesma tecla. Ele diz que muitas vezes aqueles que no Brasil recebem a delegação, os mandatários, acabam se tornando apenas gerentes de negócios menores.

Estamos celebrando essa vivência democrática numa semana em que pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mostra que, das instituições do País, uma das que têm menos credibilidade é o Poder Legislativo, o mais controlado socialmente. Ninguém aqui tem estabilidade, não faz concurso para ficar perenemente no posto. A cada quatro anos nos sub-

metemos não só aos trâmites dos partidos – que precisam deixar de ser caciquistas, fisiológicos, para se tornarem mais doutrinários, programáticos, expressão de vontades em conflito na sociedade –, mas, sobretudo, ao grande vestibular das urnas.

Ainda assim, sendo o Poder mais controlado, temos que nos preocupar com nossa representação, para que nenhum vereador, deputado estadual, deputado federal ou senador se considere legitimado pelos quatro anos. Nossa legitimação é permanente. Não fomos eleitos para substituir o povo, que nesta República se organiza mais para conquistar direitos legítimos, mas para representar a população. Portanto, essa é uma celebração da democracia.

Exatamente por ser celebrada neste Parlamento tantas vezes incômodo às mentalidades autoritárias, essa democracia precisa se consolidar no dia-a-dia com nossa representação legítima, dedicada, porque, acima do poder, do prestígio e do dinheiro, devem estar a dedicação e a abnegação às causas fundamentais, causas que podem ajudar o Brasil a sair do atoleiro e diminuir a fragilidade das contas públicas, nossa dependência externa, para um horizonte de democracia plena.

O grande Mário Covas, que está sublinhado em letras de bronze na entrada do Anexo II desta Casa [Câmara dos Deputados], disse que, com todas as mazelas e deficiências, sempre é melhor um Poder Legislativo aberto do que cerrado, silenciado.

Companheiros e companheiras, estamos exercendo a função belíssima de representantes do Legislativo, que é para fazer leis, mas também para fiscalizar o Executivo. Queremos reafirmar o grande espírito do Congresso nesses 180 anos. Não há democracia sem Parlamento livre. Não há Parlamento livre sem representação das diferentes expressões de pensamento na sociedade. Não há diferentes expressões de pensamento na sociedade sem povo com cidadania, educação, saneamento básico, terra, teto e trabalho.

Essa é a nossa luta, nossa esperança; esse é o futuro que começamos a construir há 180 anos, do qual todos somos protagonistas nesta Casa e nesta sessão. Não há o maior, nem o menor. Há um afã que nos iguala: construir um Brasil justo, democrático e soberano. Viva o Parlamento nacional! Viva cada Câmara Municipal! Viva todas as Assembleias Legislativas! Viva o povo brasileiro!



Para o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), a história do Parlamento é construída na luta dos líderes políticos, na superação de dificuldades que levaram à plenitude da democracia. Como desafios de hoje, Bonifácio destaca a necessidade de adaptação do sistema eleitoral. A seguir, a íntegra do discurso

## Representação é a honra do homem público

**E**sta Casa e esta instituição nasceram hoje? Nasceram ontem? Não, sr. presidente! Esta instituição, o Poder Legislativo – nacional, estadual e municipal – é obra de muitos e muitos anos, de séculos e séculos de esforço, de lutas revolucionárias e também da elaboração da inteligência de elites e lideranças em todo o mundo.

Somos descendentes remotos da democracia espiritual dos hebreus; somos desdobramentos, também longínquos, da construção institucional dos gregos; e somos depositários muito próximos, embora longe nos tempos, das regras magníficas da república romana. Mas tudo isso ficou desaparecido anos, séculos e séculos, e depois, de tempos e tempos – 1688, 1689 –, os ingleses, na gloriosa Revolução Liberal, instituíram o Parlamento, que foi completado, cem anos depois, pelos acordos democráticos da Revolução Francesa. Essas formulações históricas, obra da inteligência, mas da luta de líderes sofredores, recaíram sobre os dias iniciais da nossa pátria por volta de 1821.

Mas é interessante refletir, sr. presidente, ao focalizar os 180 anos do Parlamento brasileiro, da Instituição parlamentar, sobre os desdobramentos de uma edificação que está diante de nós, com vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, que somos todos, quer queiramos ou não, representantes do povo brasileiro.

É que as sucessivas pedras dessa construção, sobretudo no Brasil, mostram que a democracia é o regime de liberdade, de garantias individuais e de busca da igualdade social. Mas a democracia é, no seu mecanismo maior, a representação do povo. E essa representação é um contínuo esforço, um trabalho complexo, que a história não mostra ao longo desses anos, principalmente em nosso país.

As nossas primeiras eleições para as câmaras municipais vão ocorrer no início do século 17, quando tem início a representação entre nós. Indiscutivelmente, durante os primeiros 300 anos da história brasileira é que vão se forjar, nas câmaras municipais, aquelas representações que, mais tarde, ao tempo da Independência, se transformam em lideranças regionais e nacionais do país.

É interessante verificar, sr. presidente, o sistema eleitoral, que é a mola da representação, é a maneira de o povo chegar, por meio de seus mandatários, a exercer a sua vontade.

No Brasil, a primeira eleição para deputado foi em 1821. Adotamos as regras eleitorais da Constituição de Cadiz, de 1814, da Espanha. Era uma eleição interessante. O povo se juntava numa paróquia e elegia os compromissários, que depois se reuniam e elegiam os eleitores paroquiais; em seguida, os eleitores paroquiais da Província se uniam para eleger os deputados. Era uma eleição indireta de quatro pleitos.

E foi essa eleição que permitiu que o Brasil se fizesse representar nas Cortes de Lisboa em 1821, quando Portugal deu início ao processo democrático da sua história.

Logo depois, para a convocação da Assembléia Constituinte de 1823, José Bonifácio, num “aviso”, como ministro do Império, baixa as regras eleitorais que iriam vigorar praticamente até 1881. A eleição, então, seria feita em dois momentos. O povo se reunia para eleger os delegados eleitores, e estes elegiam os deputados. Esse sistema ficou entre nós e permitiu o aparecimento dos grandes partidos do Império – o Partido Liberal e o Partido Conservador –, o que proporcionou que significativos momentos na vida parlamentar ocorressem entre nós.

Em 1881, um grande movimento popular, com apoio das lideranças maiores da época, reforma o sistema eleitoral. E o primeiro-ministro, José Antônio Saraiva, promulga a eleição direta para deputado naquele ano.

Foi de tal repercussão a eleição direta implantada no Brasil, em 1881, que no pleito seguinte, ministros de Estado, em pleno exercício no Ministério, foram derrotados, o que revelava um grande avanço no nosso processo democrático.

Com a República, sr. presidente, houve um retrocesso. A República implantou-se e não se admitiu na prática mais do que um partido, o Partido Republicano. E o chamado Regulamento Alvim, ministro do primeiro governo, presidido por Deodoro, foi, na realidade, um conjunto de regras para permitir que só fosse eleito aquele que estivesse dentro da bandeira do Partido Republicano.

No entanto, há no Brasil um acontecimento interessante. Durante o Império, depois de 1860, instituiu-se entre nós o voto distrital, não com um deputado por distrito, mas com três deputados por distrito, conhecido como círculo eleitoral.

Com a República, alterou-se esse esquema. Manteve-se o distrito, mas em vez de três deputados por distrito, fixaram em cinco. E o eleitor poderia votar quatro vezes para as candidaturas a deputado federal. Era o chamado voto cumulativo. Uma só pessoa poderia votar em quatro pessoas, ou então espalhar os quatro votos entre os candidatos do Partido Republicano ou da dissidência republicana, dentro do distrito.

A verdade é que o sistema eleitoral de 1891 a 1930 foi fraudulento e permitia aos candidatos do governo uma esmagadora maioria. Era a República dos coronéis e dos governadores, isto é, os presidentes de estados que dominavam, de forma absoluta, o processo político deste país. Em 1930, a revolução vitoriosa deveria trazer no seu bojo, de acordo com a pregação da Aliança Libe-

estados e municípios. Em 1946, mesmo com o excesso de fortalecimento da União, cria-se entre nós o regime democrático, que permite a consolidação daqueles grandes e saudosos partidos, a UDN, PSD, PTB, PR, PDC, PSP, PL, até o Partido Comunista, embora de exígua existência, e alguns partidos socialistas surgidos da então chamada esquerda democrática, que pertencera à União Democrática Nacional.

Foi uma fase em que os partidos eram fortes, os partidos existiam. Os partidos existem hoje, sr. presidente? Talvez um ou outro. Mas naquela época os partidos eram fortes e não se precisava falar em fidelidade partidária, porque ela existia no coração e não por imposição de ordem legal. Os pessedistas então aplaudiram fervorosamente Kubitschek; os udenistas gostavam de reviver a figura do brigadeiro Eduardo Gomes. E assim também os partidários do PR, PSP, PDC e de todos os partidos, ao redor de seus líderes.

Hoje, sr. presidente, passados todos esses tempos, estamos, indiscutivelmente, vivendo uma fase de crise da representação política. Temos que assim falar nesta solenidade, diante de vereadores tão vividos e experimentados – aliás, não existe mandato mais autêntico do que o daqueles que integram as câmaras municipais. Diante dessa platéia extraordinária chamada a atenção de todos para essas reflexões.

Hoje em dia, verificamos, por exemplo, na eleição para deputado federal, por meio do chamado voto uninominal, que os candidatos são mais poderosos do que os próprios partidos. Em muitos estados, os deputados mais votados obtêm cerca de 250 a 300 mil votos; os médios, eleitoralmente falando, de 80 a 100 mil votos. Todavia, cumpre observar, em meio a esse cenário, que alcançar 200 mil votos em uma eleição não é fácil e, às vezes, não é democrático.

Ao longo de 180 anos assistimos à luta dos líderes políticos para superarem dificuldades e criarem arranjos, a fim de que a democracia conseguisse sua plenitude. Assim foi no início do Império, passando do voto de quatro graus para dois graus; com o voto direto em 1861, com o sistema proporcional depois de 1930 e, finalmente, com a presença de grandes partidos depois de 1946.



Genildo Magalhães

**PRINCÍPIOS PERENES Para Bonifácio, a democracia é a inspiração e a aspiração de todos**

ral, que foi, indiscutivelmente, o seu grande sustentáculo, uma reviravolta no sistema eleitoral, que permitisse que as eleições fossem honestas e regulares.

E assim aconteceu com o Código de 1932, inspiração do grande gaúcho Assis Brasil, quando se inicia neste país, de forma clara, o sistema proporcional que todos conhecemos, com cálculo dos quocientes partidário e eleitoral.

Mas já existia uma tendência para se criar o sistema de listas no pleito de 1933, para a Assembléia Constituinte de 1934, como também em 1935, para as assembleias legislativas dos estados, que começam a existir.

Passada a ditadura Vargas, em 1946, assistimos à implantação de um regime democrático centralizador no tocante ao poderio que dá ao governo central – aliás, sabemos que a União ainda hoje tem muita força e que os prefeitos sofrem com esse poderio e com a fraqueza dos

Se a inteligência brasileira, nestes momentos acima, soube se adaptar aos reclamos da democracia para que conseguisse sua melhor plenitude, hoje V.Ex.<sup>as</sup>, sr. presidente José Sarney e presidente [da Câmara] João Paulo, influentes lideranças na vida política deste país, juntamente com aqueles outros que compõem os comandos partidários, enfim, todos nós, que representamos o povo, precisamos refletir e saber adaptar um sistema de representação eleitoral às exigências do momento, para que determinados tipos de influência não venham predominar e manchar o processo político brasileiro.

Sr. presidente, as circunstâncias de agora são difíceis. Novas figuras começaram a aparecer no cenário político. A mídia aí está com o seu poderio, em âmbito municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional.

A mídia às vezes – devo dizer a V.Ex.<sup>as</sup>, sr. presidente – não é boa amiga da democracia, mas constitui indiscutivelmente uma manifestação democrática que precisa ser regulamentada, para que possa, de fato, trazer a sua melhor contribuição com a comunicação e a informação que a população moderna precisa para conhecer as maiores questões e decisões nacionais.

Portanto, sr. presidente, as minhas palavras nesta hora, convocado que fui por V.Ex.a e pelo presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, têm por objetivo chamar a todos para uma reflexão sobre esses 180 anos. Reflexões democráticas, porque a democracia contém princípios eternos e perenes, que precisam ser adaptados e construídos para cada hora, cada momento e para determinado quadro da história.

Vivemos um momento da história em que a democracia no Brasil clama por novos institutos para que possa realmente se afirmar, para que os direitos políticos e sociais dos cidadãos sejam de fato concretizados.

A democracia é para todos nós, sobretudo para a civilização ocidental, a grande inspiração e aspiração. A democracia é aquela cousa que temos de amar, porque é quem faz a felicidade do povo. Como disse o grande filósofo francês Bergson: “A democracia é de essência evangélica”.

Srs. vereadores, srs. prefeitos, srs. deputados, srs. senadores, neste instante dirijo-me a todos com nossas palavras de congratulações pelo que realizam e pela luta que exercitam, a qual, embora às vezes incompreendida, é a melhor das lutas, porque a representação popular é a grande honra do homem público.